

POVO LIVRE

Director: Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa

No próximo Sábado um destes candidatos
será o Presidente da CPN do PSD



Actividades do PSD

Presidência da CP Nacional: universo dos militantes eleitores

Cerca de 75 mil militantes do PSD, num total de aproximadamente 150 mil, pagaram as suas quotas e poderão votar nas eleições directas de 31 de Maio, disse à agência Lusa o secretário-geral do partido.

Este número, ainda provisório, significa um acréscimo de cerca de 12 mil militantes em relação aos 63 mil que tinham capacidade eleitoral nas eleições directas realizadas há oito meses, que elegeram Luís Filipe Menezes.

O secretário-geral do PSD, José Ribau Esteves, sublinhou que o número definitivo de militantes em condições de votar nas eleições directas para a liderança do PSD apenas será conhecido na segunda-feira, data em que os cadernos eleitorais têm de ser enviados às secções do partido.

“Calculamos que o número de militantes com quotas pagas seja por volta de 75 mil. Na segunda-feira poderão ainda chegar quotas pagas por vale postal”, disse o secretário-geral do PSD.

De acordo com o regulamento eleitoral do PSD que estava em vigor quando foram convocadas as directas, “apenas constam do caderno eleitoral os militantes cujas quotas estejam em dia no décimo anterior ao da eleição”, que foi quarta-feira, dia 21.

Os militantes do PSD puderam pagar as suas quotas nas secções do partido, nos correios ou por multibanco até à meia-noite de quarta-feira.

Segundo Ribau Esteves, nas directas de 28 de Setembro de 2007, em que Luís Filipe Menezes foi eleito presidente do PSD contra Luís Marques Mendes, “63.042 militantes” estavam em condições de votar.

“O partido tinha então menos cerca de seis mil militantes do que tem hoje” e dos que podiam votar exerceram esse direito “cerca de 39 mil”, adiantou o secretário-geral do PSD.

Ao fim de seis meses de mandato, o presidente do PSD, Luís Filipe Menezes, anunciou no dia 17 de Abril a sua demissão do cargo.

O Conselho Nacional do PSD marcou eleições directas antecipadas para 31 de Maio e o Congresso que vai eleger os novos órgãos nacionais para 20, 21 e 22 de Junho, em Guimarães.

Apresentaram-se cinco candidatas a presidente do PSD, Pedro Passos Coelho, Manuela Ferreira Leite, Pedro Santana Lopes, António Neto da Silva e Mário Patinha Antão.

Dos 5, Neto da Silva não conseguiu as necessárias assinaturas para a



formalização, tendo os restantes quatro candidatos entregue as mesmas, bem como as suas moções de estratégia Global.

A esse propósito, a “caixa “ aberta na primeira página, refere a forma de consulta, no “site# do PSD, das moções referidas. – Lusa e Povo Livre

Deputados do Grupo Parlamentar contra coima à Ericeira

A coima aplicada à Junta de Freguesia da Ericeira, por produzir bio-combustível e não ter pago imposto sobre produtos petrolíferos, levou hoje os deputados do PSD a pedirem uma audição parlamentar ao secretário de Estado dos Assuntos Fiscais.

Os deputados do grupo parlamentar do PSD querem ser esclarecidos sobre o caso e pedem com carácter de urgência a presença do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e do presidente da Junta de Freguesia da Ericeira (PSD) na Comissão Eventual para o Acompanhamento das Questões Energéticas.

Os sociais-democratas afirmam no requerimento enviado ao presidente da comissão que “Portugal não pode deixar de contabilizar qualquer alternativa ao uso dos derivados do petróleo como combustível” dada a

sua dependência do exterior.

Os deputados dão como exemplo a produção de biodiesel a partir de resíduos como os óleos alimentares usados que, de outra forma, “não apenas não teriam qualquer utilidade como, ainda para mais, constituiriam um grave problema ambiental, a reclamar esforços, energias e dispêndio de verbas públicas”.

A Junta de Freguesia da Ericeira recolhe cerca de cinco mil litros de óleo usado por mês e durante o ano de 2007 utilizava esse óleo para produzir bio-combustível que utilizava na frota da autarquia e oferecia aos bombeiros e a outras instituições locais.

Por não licenciar a unidade e não pagar imposto sobre produtos petrolíferos, a autarquia sofreu uma coima de seis mil euros.

“A dotação que a Junta da Freguesia da Ericeira recebe anualmente do Orçamento do Estado é de, aproximadamente, 60.000 euros, pelo que detém um peso significativo a sanção aplicada pelo Estado no caso vertente”, refere o requerimento do PSD.

Por não ter pago a coima, a autarquia corre agora o risco de ver penhorados alguns bens conforme, consta numa carta enviada à autarquia pela Direcção-Geral dos Impostos. - Lusa





Intervenção do Deputado Ricardo Martins Assembleia da República – Reunião Plenária – 7.MAR.2008 Acompanhamento da situação de pobreza em Portugal

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

O Bloco de Esquerda e o Partido Socialista trazem hoje a esta Câmara dois Projectos de Resolução que visam, no essencial, criar mecanismos de avaliação e acompanhamento da pobreza em Portugal e do desempenho dos actuais instrumentos de acção social.

O Bloco de Esquerda apresenta-nos um diagnóstico da pobreza e defende uma vigilância activa, não sobre as medidas a montante que impeçam os portugueses de cair na condição de pobreza mas uma vigilância sobre os resultados dos instrumentos de apoio social vigentes.

O Partido Socialista, não tendo como fugir à evidência do aumento da pobreza, vem apenas propor a assunção de um dever de vigilância, que é já o nosso enquanto Deputados e, porque menos pareceria mal, propõe ainda a elaboração de mais um relatório.

Sossegam-se assim as consciências, mostra-se preocupação social mas, no essencial, fica tudo na mesma.

Quanto a novas propostas e medidas concretas de combate à pobreza e exclusão social, nada. Nem uma palavra.

Para o PSD o que é verdadeiramente importante é combater a pobreza impedindo que os portugueses caiam nesta condição.

E a melhor maneira de o fazer é promovendo o desenvolvimento, é criando emprego e riqueza que possa depois ser distribuída com justiça e equidade.

Quando não se investe em políticas estruturantes e estruturadas que evitem a pobreza, gasta-se depois mais, muito mais, em apoios sociais que na maioria dos casos não conseguem inverter o fenómeno.

Infelizmente em Portugal falham essas políticas e os resultados estão bem à vista.

Portugal registou, em 2007, a maior taxa de desemprego das duas últimas décadas, 8%;

Em 2006, e segundo o INE, 18% da população portuguesa encontrava-



se em risco de pobreza, valor que salta para os 31% quando falamos do risco de pobreza para a população em situação de desemprego.

E se apenas considerarmos os rendimentos do trabalho, de capital e transferências privadas, então 40% da população residente em Portugal estaria em risco de pobreza.

Mas se o risco de pobreza é elevado e preocupante para a população em geral, ele é dramático entre os idosos e atinge fóruns de escândalo quando atinge as crianças e os jovens.

No combate à pobreza dos idosos, o Governo fez diminuir o crescimento das pensões, apesar de um saldo positivo da Segurança Social que permitiria um apoio mais efectivo, e o Complemento Solidário para Idosos anunciado e prometido para 300 mil idosos apenas chegou a 60 mil.

Quanto à pobreza nas crianças, a Comissão Europeia coloca Portugal no grupo dos países que registam os indicadores mais elevados da União

Europeia (UE). Segundo a **Proposta de Relatório Conjunto sobre Protecção e Inclusão Social 2008**, 24% das crianças portuguesas encontravam-se expostas ao risco de pobreza, em 2005, sendo que na UE a 25 apenas a Polónia e a Lituânia apresentavam indicadores piores.

Estes elementos são bem demonstrativos da incapacidade do Governo em promover o desenvolvimento e o emprego e até em cumprir, como anuncia e promete, uma melhoria das prestações sociais.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados,

O PSD é muito sensível às questões da pobreza, que a todos devem envergonhar, e que entende ser a primeira denegação de justiça, a justiça social.

O PSD não se opõe, antes pelo contrário, a um acompanhamento mais eficaz e à feitura de relatórios pormenorizados sobre a evolução da

pobreza em Portugal, mas não se revê na resignação que subjaze a estas iniciativas.

Para nós, o verdadeiro combate à pobreza faz-se:

- apostando em **políticas que promovam um forte crescimento económico** e a consequente criação de riqueza;
- faz-se através de uma **política activa de promoção do emprego**;
- com **políticas de apoio à família** e
- com **políticas sociais** que garantam uma maior equidade na distribuição dos apoios mas que, simultaneamente, dêem o necessário impulso para que a condição de pobreza seja rapidamente ultrapassada.

Infelizmente não é esse o caminho que está a ser percorrido.

Disse.



INTERVENÇÃO DO DEPUTADO LUIS MONTENEGRO A.R., 5 DE MARÇO DE 2008

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados

A Assembleia da República, como órgão de soberania representativo da vontade plural do povo português, como casa mãe da nossa democracia, como epicentro do debate político nacional, não pode, não deve escamotear a realidade do País e os sentimentos mais claros das populações.

Portugal vive hoje num clima de crescente insegurança. Denunciá-lo, apreender e compreender os seus efeitos na vida das pessoas e das empresas é, antes de mais, a obrigação daqueles que nesta Câmara exercem o poder de representação popular.

Mas é mais do que isso!

É um exercício de responsabilidade.

Exercício esse, que deve ainda exigir do poder político, e em especial do Governo, respostas objectivas que se constituam como tranquilizadoras da comunidade que servimos.

O PSD de há muito que vem alertando o Governo e a maioria PS para os novos fenómenos de criminalidade. Para as suas características cada vez mais violentas e para a conseqüente atmosfera de medo que se vem instalando.

A nossa intenção nunca foi nem é aproveitar os trágicos episódios de criminalidade violenta para adensar qualquer ambiente de alarme social.

A nossa preocupação, que queremos seja a preocupação de todos, é a de salvaguardar a liberdade dos nossos concidadãos, e proteger os seus direitos individuais.

O sentimento de insegurança que marca a vida dos portugueses nos dias de hoje, abala o nosso sistema democrático, diminui a liberdade e prejudica a economia.

E transporta problemas sociais que vão avolumar aqueles que já hoje estão na origem de muita criminalidade.

Senhoras e Senhores Deputados,

Aos alertas do PSD e de toda a oposição como respondeu o Governo?

Primeiro desprezou.

Seguindo a máxima de que “o pior cego é aquele que não quer ver” quis



descansar as populações com números.

As pessoas com medo de sair à rua, de deixar os filhos nas escolas e os idosos sozinhos em casa, e o Governo a dizer: “não se preocupem, as estatísticas são boas!”.

Aqueles que um dia, a propósito da economia, disseram ao país que os Portugueses não são números, afirmam agora que a liberdade e a segurança se medem com estatísticas.

Não obstante, com o avanço da situação, com a crispação em que entretanto se envolveram as instituições investigatórias, com o evidenciar das deficiências de articulação e cooperação dos agentes judiciais e policiais, lá viria o insubstituível Ministro dos Assuntos Parlamentares, qual porta-voz de clínica-geral, num estilo cada vez mais verrinoso e caceteiro decretar da sua tão despudorada quanto frágil autoridade: “lamentável e intolerável o comportamento do PSD de cavalgar questões de segurança!”.

Senhoras e Senhores Deputados,

O assunto é demasiado sério.

A organização do Estado democrático de direito não pode perder o combate da prevenção e repressão da

criminalidade.

E todos devemos saber que o respeito pela autoridade do Estado pressupõe uma confiança real na eficácia, na independência, no prestígio e na proximidade das instituições judiciais e policiais.

Ao poder político, e ao Governo em particular, cumpre exigir três medidas muito concretas.

A primeira, ao nível da arquitectura e operacionalidade do sistema de justiça e de investigação criminal.

A segunda, ao nível dos meios e equipamentos e dos recursos humanos das Forças de Segurança.

A terceira, de garante do prestígio e da credibilidade dos agentes.

Ao nível da redefinição do edifício legislativo do Sistema de Segurança Interna e da Investigação Criminal, anunciada nesta Câmara há precisamente um ano, continuam por chegar aqui a nova LSI e LOIC, essenciais para promover a estruturação, a coordenação e cooperação entre os agentes judiciais e policiais.

O PSD mantém as reservas na

construção desse modelo potenciador de governamentalização de investigação e da informação criminal, por um lado, e da disseminação das competências investigatórias, por outro lado.

No entanto, reafirmamos o que sempre dissemos, isto é, estas duas leis, como travessuras do enquadramento legal e institucional do sistema, deviam ter sido as primeiras a ser discutidas, na AR e não devem protelar-se mais tempo.

No domínio dos equipamentos e dos meios humanos, defendemos maiores transferência financeira para os órgãos de polícia criminal, em especial para a Polícia Judiciária. Discordámos do congelamento das admissões na PSP e na GNR e do encerramento de postos e esquadras, porquanto uma e outra medida, além de despropositadas, transmitem uma ideia perigosa de afastamento, de falta de proximidade entre as forças e serviços de segurança e as populações.

Finalmente, ao nível da garantia e preservação do prestígio e credibilidade das nossas instituições. Bem cedo alertámos o Governo para a convergência de algumas atitudes e medidas geradoras de um ambiente de crispação, nas magistraturas e nas forças de polícia.

O Governo, ao invés de serenar a conflitualidade institucional, contribui para o seu agravamento.

Por isso,

Senhoras Deputadas,
Senhores Deputados,

Termino apelando a todos, mas muito especialmente ao Governo para que, com a urgência e firmeza que a situação impõe, apresente ao País medidas objectivas que favoreçam a eficácia da investigação criminal, o prestígio das instituições e a relação de proximidade entre as forças e serviços de segurança dos cidadãos.

As notícias de hoje mesmo já denotam uma inversão da estratégia do Governo.

Esperemos que não se tratem de “fogachos” de última hora porque é imperativo tomar opções de fundo que devolvam a confiança e a tranquilidade aos portugueses, às famílias e às empresas.

Disse.



DISCURSO DO DEPUTADO JOÃO BOSCO MOTA AMARAL, EM NOME DO GRUPO PARLAMENTAR DO PSD, NO DEBATE NA GENERALIDADE SOBRE PROJECTOS DE LEI RELATIVOS AO SEGREDO DE ESTADO

(Assembleia da República, 6 de Março de 2008)



Senhor Presidente
Senhoras Deputadas e
Senhores Deputados:

O projecto que tenho a honra de subscrever limita aos três mais altos titulares dos Órgãos de Soberania — Presidente da República, Presidente da Assembleia da República e Primeiro-Ministro — o poder de classificar como segredo de Estado qualquer documento enquadrável nos termos e nas condições previstas na lei.

Outras entidades, nomeadamente, os Ministros, só o podem fazer a título provisório, remetendo logo a decisão ao titular competente.

Ao Presidente da Assembleia da República confere-se o direito de total acesso a quaisquer documentos classificados como segredo de Estado, parificando a sua posição, neste domínio, com a do Presidente da República e do Primeiro-Ministro.

Os Membros do Parlamento passam a poder aceder também a esses documentos através do Presidente da Assembleia da República e dos Presidentes dos Grupos Parlamentares e das Comissões Parlamentares. Não se trata, obviamente, de um acesso total e indiscriminado, que não seria razoável; mas preenchidas as cautelas indicadas, o Parlamento passa a poder dispor de todos os elementos, mesmo os mais sensíveis, para o bom desempenho das suas funções constitucionais, nomeadamente a fiscalização do Governo e a participação em certas áreas das relações externas e da defesa nacional.

A fiscalização do regime do segredo de Estado passa a competir a um órgão parlamentar, composto por três Deputados, extinguindo-se a entidade independente prevista desde 1994 e que aliás, apesar de empossada em 1999, nunca funcionou. Nunca funcionou porque não era mesmo para funcionar — e não digo isto para varrer a minha testada, já que fui eleito pelo Parlamento para integrar tal Comissão. A única competência da dita Comissão era pronunciar-se perante eventuais queixas de particulares a quem tivesse sido negado acesso a qualquer documento sob invocação do segredo

Senhor Presidente
Senhoras Deputadas e
Senhores Deputados:

Seja-me permitido uma breve evocação de índole pessoal.

Por esta mesma altura, há 32 anos — em Março de 1976 — a Assembleia Constituinte ultimava os trabalhos relativos à elaboração da Constituição do 25 de Abril.

Subi então à tribuna para participar na discussão dos projectos sobre o novo regime autónomico dos Arquipélagos portugueses do Atlântico, os Açores e a Madeira.

Não é sem uma ponta de emoção que aqui volto uma vez mais, agora para me pronunciar, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, acerca de um tema — o segredo de Estado — que parecendo embora menor é, no entanto, estruturante da organização do Estado na democracia avançada e de qualidade que temos e queremos cada vez mais fortalecer em Portugal.

O Estado democrático é, por natureza, aberto e só pode mesmo consolidar-se numa sociedade também ela aberta e plural, na qual estejam fortemente implantados os valores do respeito dos direitos humanos e das liberdades cívicas, bem como da

partilha e limitação do poder político.

A transparência democrática do exercício do poder exige o escrutínio permanente dos actos de quem dele é titular, seja por órgãos, políticos ou judiciais, disso encarregados, seja também pelos cidadãos e pelas cidadãs e pelas entidades que têm função de intermediar os seus interesses e aspirações, nomeadamente os partidos políticos e os meios de comunicação social.

O princípio natural é pois, em democracia, a publicidade dos actos do Poder, dos motivos que os determinam e dos procedimentos que aos mesmos conduzem.

O segredo tem de ser a excepção à regra. Mas justifica-se, em certas situações e sobre temas particularmente melindrosos, quando esteja em causa um interesse superior da própria comunidade nacional.

A lei do Segredo de Estado vigente — Lei n.º 6/94, de 7 de Abril — especifica as áreas em que é possível invocar o segredo de Estado para restringir o acesso a informações e documentos. E sujeita tal classificação a uma regra de fundamentação, limitando-a por uma série de princípios, que me dispense de enumerar, por serem do conhecimento

geral; estabelece ainda quem tem poder para operar a classificação e o prazo de vigência dela — quatro anos no máximo, à partida. Tudo isso parece razoável e não levanta objecções.

Onde a lei em vigor falha é no tocante ao papel do Parlamento neste importante domínio. Com efeito, a Assembleia da República surge aqui diminuída, em moldes incompatíveis com a sua dignidade de representante directo do Povo Português e poder supremo na República. O segredo de Estado não pode ser oponível ao Parlamento em termos tais que pareçam situá-lo como uma entidade alheia ao Estado, quando precisamente é a instituição parlamentar o centro dele.

A insatisfação do Parlamento tem mantido o tema na agenda, praticamente em todas as legislaturas posteriores a 1994. Mas por uma razão ou por outra, os processos legislativos não têm chegado ao fim.

As diligências para alterar o quadro legal em vigor foram iniciadas pelo PS. Na VIIIª e na Xª Legislatura juntou-se-lhe o PSD e agora também o PCP, este num projecto de diploma de mais amplo escopo. Façamos votos para que desta vez é que seja mesmo — e fique resgatada a honra do Parlamento!



de Estado, previamente ao recurso gracioso ou contencioso de tal decisão governamental.

Do facto de nunca ter sido convocado para qualquer reunião da malfadada Comissão deduzo que nunca foi apresentada nenhuma queixa com tal conteúdo... O que evidencia que ou o Estado não tem segredos ou os cidadãos e as cidadãs não têm sido suficientemente curiosos para deles indagarem.

No projecto de lei do PSD, o organismo a estabelecer para fiscalizar a correcta e salutar aplicação do segredo de Estado recebe logo o encargo de fazer o levantamento dos documentos como tal classificados, recolhendo a informação correspondente das entidades com competência para esse efeito.

Cabe-lhe ainda manter actualizadas as classificações atribuídas, podendo mesmo determinar a desclassificação, nos casos em que já não se justifique, por decurso do prazo ou por cessação das razões que a fundamentaram.

Também lhe incumbe apreciar, sem recurso — por se tratar de um juízo político, portanto não jurisdicionalizável — as queixas que lhe sejam dirigidas sobre a matéria.

Senhor Presidente
Senhoras Deputadas e
Senhores Deputados:

Uma referência sintética aos outros diplomas em debate sobre este tema.

O projecto de lei do PCP tem objectivos mais amplos, abrangendo também a fiscalização do funcionamento do Sistema de Informações da República Portuguesa.

A valorização do papel do Parlamento é, segundo o respectivo articulado inegável. Mas, na opinião do PSD, excede os limites do razoável. A delicadeza das matérias abrangidas pelo segredo de Estado aconselha a uma actuação prudente, envolvendo o menor número possível de pessoas. Ora, a Instância de Controlo pretendida afigura-se demasiado ampla na sua composição. Daí a nossa discordância.

O projecto de lei do PS retoma versões anteriores, ampliadas agora com uma referência expressa à Comissão de Fiscalização, em termos muito próximos dos nossos. As diferenças de regime, nos dois projectos, quanto aos moldes de acesso pela Assembleia da República e pelos Deputados e Deputadas às matérias classificadas como segredo de Estado justificam o debate necessário, na especialidade, na busca das melhores soluções, prudentes e desejavelmente mesmo sábias, que prestigiem o Parlamento e fortaleçam o nosso Estado de Direito democrático.

Projecto de Resolução do GP PSD sobre a ASAE Maria do Rosário Cardoso Águas



Sr. Presidente, Srs. Deputados
O PSD apresenta este projecto de resolução porque entende que o Governo está profundamente errado na forma como tem tutelado e orientado a conduta da Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica.

Achamos mesmo que a condução política desta área governativa está a perverter os seus próprios objectivos porque compromete a continuidade e o exercício de actividades económicas, que devia regular e fiscalizar para garantir o cumprimento de normas de higiene, mas nunca para promover o seu encerramento e extinção.

Entendemos que a missão cometida à ASAE é de enorme importância porque acreditamos que a Fiscalização e a Regulação são motores do desenvolvimento económico pela CONFIANÇA e SEGURANÇA que permitem induzir aos agentes económicos e aos consumidores.

Mas a verdade é que esta missão expressa na lei contrasta em absoluto com o estilo de actuação da ASAE que tem sido mediática, repressiva e aparatosa.

E a consequência é que, ao invés de criar um ambiente favorável à economia a ASAE tem criado insegurança e desconfiança nos agentes económicos e nos consumidores.

São inúmeros os sinais de que a ASAE age de forma desproporcionada e revela enorme falta de senso.

Em vez de uma intervenção preventiva e pedagógica a ASAE age com brutalidade nos actos e nas palavras.

Basta lembrar as irresponsáveis declarações do Inspector-Geral

que anuncia o fecho de metade

dos restaurantes e cafés portugueses;

· Que declara a sua satisfação pelo fecho de uma unidade de produção de amêndoas;

· Que aconselha a emigração aos que não podem cumprir a legislação;

E que afirma que o drama social, que reconhece, é com o Governo cabendo-lhe a si a aplicação estrita da Lei.

É verdade que o Inspector reconheceu na audição da Comissão de Assuntos Económicos os seus excessos, os seus erros e a insensatez das suas declarações.

Mas reconhecer as falhas Srs. Deputados é pouco, não chega é inconsequente.

O que é preciso é mudar de estilo, mudar de atitude, e até agora não vemos sinais dessa mudança.

Foi verdadeiramente chocante ainda a semana passada o Sr. Inspector-Geral vangloriar-se com o encerramento da fábrica de amêndoas de Portalegre dizendo que achava uma atitude de grande responsabilidade social os empresários encerrarem uma unidade de produção familiar não por falta de condições de higiene, mas apenas por falta de espaço.

A ASAE tem-se desculpado invocando o argumento do cumprimento da lei para justificar o seu comportamento mas o que é legítimo questionar, Srs. Deputados, é se devemos achar normal que alguém com esta superior responsabilidade não informe a tutela dos excessos regulamentares e da inadequação da lei, com que se defronta, no exercício da sua actividade e proponha as necessárias alterações e adaptações.

Claro que seria esta a atitude certa, seria do mais elementar bom senso, ou mesmo de senso comum, mas a verdade é que se há falta de bom senso na condução da ASAE, não existe senso algum na tutela responsável.

E é por isto que decidimos apresentar este projecto de resolução, para fazer uma chamada de atenção ao Governo, como nos compete, e que sintetizamos em seis medidas.

Um das que têm como objectivo sensibilizar e alertar o Governo para as consequências da actuação cega e excessiva que tem vindo a ser executada recomendando nomeadamente:

1. Cautela quanto ao impacto económico que a actual actuação da ASAE está a ter no tecido produtivo e empresarial português;

2. Alerta para a função económica desempenhada pelos pequenos produtores, que não se esgota na mera produção de bens alimentares,

desempenhando um papel fundamental do ponto de vista social e ambiental ao contribuir para preservação da paisagem, do território e do mundo rural, contrariando, ainda, o trágico fenómeno da desertificação do interior;

3. Orientação política para que a ASAE concretize a sua importante missão através de uma actuação mais preventiva e pedagógica exercendo as suas funções de controlo e fiscalização numa forma eficaz mas discreta.

E que o Governo a par destas orientações políticas proceda em primeiro lugar à:

· Criação de instrumentos legislativos flexíveis, que ao abrigo do previsto nos Regulamentos Comunitários, assegurem a viabilidade e manutenção da produção, distribuição e comercialização dos produtos tradicionais portugueses;

· Estabelecer um estatuto especial para pequenos produtores e/ou empresas de forma a assegurar a proporcionalidade das exigências normativas da actividade sem pôr em causa as boas praticas de higiene, exigíveis no quadro da saúde pública;

Estas são as nossas propostas Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A ASAE tem uma importante missão mas não é indiferente a forma como a exerce e pratica.

O Objectivo último é contribuir para o desenvolvimento económico do País protegendo os consumidores mas não pela repressão e extermínio dos agentes económicos.

O que o Governo através da ASAE deve promover e incentivar é uma conduta e uma cultura responsável por parte dos agentes económicos, que devem acima de tudo garantir a segurança alimentar aos cidadãos.

O que desejamos, e por isso estamos aqui, a contribuir, de forma construtiva, é que a ASAE assuma um estatuto de credibilidade reconhecido pelos cidadãos, exercendo uma actividade informativa, preventiva e pedagógica.

A repressão, o autoritarismo e o narcisismo que caracterizam o rosto desta Entidade não é própria de um País que aspira assentar numa sociedade informada, responsável e orientada pelos princípios da cidadania e da ética.

Disse bem António Barreto ontem no público: A legislação sobre a segurança alimentar e a actuação da ASAE ultrapassaram todos os limites imagináveis da decência e do respeito pelas pessoas.

Alimentos e agricultura o “exame de saúde” vai modernizar a PAC

Alimentos e agricultura: o “exame de saúde” vai modernizar a PAC e permitir aos agricultores dar resposta à procura crescente de alimentos

A Comissão Europeia propôs hoje modernizar e assegurar a racionalidade da política agrícola comum, suprimindo as últimas restrições que pesavam sobre os agricultores e contribuindo assim para que estes possam responder devidamente à crescente procura de alimentos. O denominado “exame de saúde” da PAC virá acentuar o corte entre os pagamentos directos e a produção, permitindo assim aos agricultores acompanharem o mais possível a evolução do mercado. Entre as várias medidas propostas figuram a supressão da retirada de terras da produção e um aumento gradual das quotas de leite, antes da sua supressão em 2015, assim como uma redução da intervenção no mercado. Estas alterações libertarão os agricultores de restrições desnecessárias, permitindo-lhes maximizar o seu potencial de produção. A Comissão propõe igualmente um aumento da modulação, com uma redução dos pagamentos directos aos agricultores e transferência das verbas para o Fundo de Desenvolvimento Rural. Isto permitirá responder melhor aos novos desafios e oportunidades que se colocam à agricultura europeia, incluindo as alterações climáticas, a necessidade de uma melhor gestão da água e a protecção de biodiversidade.

Segundo a Comissária responsável pela agricultura e o desenvolvimento rural, Mariann Fischer Boel, o principal objectivo deste “exame de saúde” consiste em dar mais liberdade aos agricultores para que possam satisfazer a procura crescente e responder rapidamente à evolução do mercado. “Trata-se também de simplificar, racionalizar e modernizar a PAC e dotar os nossos agricultores dos meios necessários para enfrentarem novos desafios como as alterações climáticas.”

Supressão do sistema de retirada de terras da produção: A Comissão propõe suprimir o requisito segundo o qual os agricultores devem deixar em pousio 10% das suas terras. Esta medida permitir-lhes-á maximizar o seu potencial de produção.

Supressão gradual das quotas leiteiras: As quotas leiteiras serão suprimidas até Abril de 2015. Para garantir uma introdução harmoniosa desta medida, a Comissão propõe cinco aumentos de quotas anuais de 1%

entre 2009/10 e 2013/14.

Dissociação das ajudas: A reforma de PAC “dissociou” as ajudas directas aos agricultores, ou seja, os pagamentos deixaram de estar ligados à produção de um produto específico. No entanto, alguns Estados-Membros preferiram manter alguns pagamentos “associados”, isto é, ligados à produção. A Comissão propõe agora suprimir os pagamentos associados que ainda existem e transferi-los para o regime de pagamento único, com excepção dos prémios às vacas em aleitamento, aos caprinos e ovinos, sectores em que os Estados-Membros podem manter os níveis actuais das ajudas associadas.

Abandono progressivo dos pagamentos históricos: Em alguns Estados Membros, os agricultores recebem ajudas baseadas no que receberam num dado período de referência. Noutros, os pagamentos são determinados numa base regional, por hectare. Com o tempo, o modelo histórico torna-se cada vez mais difícil de justificar, pelo que a Comissão propõe que os Estados-Membros possam passar para um sistema mais uniforme.

Prorrogação do regime de pagamento único por superfície: 10 dos 12 Estados Membros mais recentes aplicam o regime de pagamento único por superfície simplificado. Este sistema deverá chegar ao seu termo em 2010, mas a Comissão propõe prorrogá-lo até 2013.

Condicionalidade: A ajuda aos agricultores está ligada ao respeito das normas no domínio do ambiente, do bem-estar dos animais e da qualidade dos alimentos. Os agricultores que não observem as regras ficam sujeitos a uma redução do apoio. Este sistema de condicionalidade será simplificado, através da supressão das normas que não forem relevantes ou associadas à responsabilidade dos agricultores. Serão aditados novos requisitos para manter os benefícios ambientais da retirada de terras da produção e melhorar a gestão da água.

Assistência a sectores com problemas específicos: Actualmente, os Estados Membros podem manter, por sector, 10% da sua dotação orçamental nacional destinada a pagamentos directos e afectá-la a medidas ambientais ou à melhoria da qualidade e comercialização de produtos nesse sector. A Comissão quer tornar este regime mais flexível. As verbas deixariam de ter que ser utilizadas no mesmo sector, podendo ser aplicadas na ajuda aos produtores de leite, de carne de bovino, de caprino e de ovino nas

regiões desfavorecidas ou para apoiar medidas de gestão dos riscos tais como regimes de seguros contra catástrofes naturais ou fundos mutualistas para doenças animais. Por seu turno, os países que aplicam o regime de pagamento único por superfície poderiam igualmente recorrer a este mecanismo.

Transferência de dotações das ajudas directas para o desenvolvimento rural: Actualmente, todos os agricultores que recebem ajudas directas superiores a 5 000 euros são objecto de uma redução de 5% do pagamento, montante que é transferido para o orçamento do desenvolvimento rural. A Comissão propõe aumentar esta taxa para 13% até 2012. As grandes explorações agrícolas seriam sujeitas a reduções suplementares (3%, 6%, e 9% adicionais para as explorações agrícolas que recebem mais de 100 000 euros, 200 000 euros e 300 000 euros anuais, respectivamente). O financiamento assim obtido poderia ser utilizado pelos Estados-Membros para reforçar programas nos domínios das alterações climáticas, da energia renovável, da

gestão da água e da biodiversidade.

Mecanismos de intervenção: As medidas relativas à oferta não devem entrar a capacidade de resposta dos agricultores à evolução do mercado. A Comissão propõe suprimir a intervenção para o trigo duro, o arroz e a carne de suíno. Para os cereais forrageiros, a intervenção será fixada em zero. Será introduzido um sistema de concursos para o trigo panificável, a manteiga e o leite em pó desnatado.

Limitações de pagamento: Os Estados-Membros devem aplicar um pagamento mínimo de 250 euros por exploração agrícola, ou por uma superfície mínima de 1 hectare.

Outras acções: O apoio de uma série de pequenos regimes será dissociado e transferido para o regime de pagamento único. Para o cânhamo, as forragens secas, as proteaginosas e os frutos de casca rijas esta mudança será imediata. Para o arroz, a batata para fécula e as fibras longas de linho, haverá um período de transição. A Comissão propõe ainda a supressão do prémio para as culturas energéticas. - *Marques Duarte*

Lucas Pires e o seu contributo na construção europeia lembrado pelo Grupo PPE-DE

“O contributo de Francisco Lucas Pires para o processo político de construção europeia merece-nos a maior consideração e respeito”, disse Joseph Daul, Presidente do Grupo PPE-DE, o maior e mais influente grupo político no Parlamento Europeu.

Francisco Lucas Pires foi durante doze anos, de 1986 até à sua morte em 22 de Maio de 1998, um dos mais destacados deputados do Grupo PPE e do Parlamento Europeu. No próprio dia em que faleceu, representara o Parlamento Europeu como Vice-Presidente nas cerimónias de inauguração da Exposição Universal de Lisboa - Expo 98.

João de Deus Pinheiro, Vice-Presidente do Grupo PPE-DE, evocou Francisco Lucas Pires dizendo que “foi no Parlamento Europeu, seguramente um dos mais lídimos embaixadores do nosso país, mas foi também, na vida política e académica uma das personalidades mais marcantes do último quarto do século XX, legando uma obra que é hoje actual, tal era a profundidade e solidez do seu pensamento e capacidade de análise e previsão”. “Jamais passou despercebido e teve intervenções muito importantes, enquanto membro da Comissão dos Assuntos Institucionais de que foi vice-presidente, nos processos de reforma que se traduziram nos Tratados de Maastricht e de Amesterdão”.

A sua acção doutrinadora e de comunicação está viva na memória de todos os que tiveram o privilégio de ouvir os seus discursos, de acompanhar as suas intervenções, mas também nos escritos que marcaram os doze anos da sua perseverante acção em prol da Europa política.

O Grupo do PPE-DE ocupará o seu lugar na homenagem que lhe é prestada na Universidade de Coimbra no dia 31 de Maio, com gratidão e muita saudade. - *Marques Duarte*



«Media Smart»

Ricardo Rio (*)

Uma das questões que sempre alimentou grandes discussões foi o impacto nocivo da publicidade sobre as crianças e jovens, quer por via da utilização de conteúdos menos adequados, quer em razão do aproveitamento de certas fragilidades emotivas, psíquicas ou de capacidade de compreensão da diferença entre realidade e ficção que caracterizam o normal processo evolutivo dos seres humanos.

A tal ponto que o próprio Código da Publicidade (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 330/90, de 23 de Outubro, mas com várias posteriores revisões e actualizações, não hesitou em dedicar dois dos seus 41 artigos a esta temática.

Assim, nos Art.º 14.º e 20.º, inseridos na Secção sobre as Restrições ao conteúdo da publicidade, pode mesmo ler-se que “A publicidade especialmente dirigida a menores deve ter sempre em conta a sua vulnerabilidade psicológica, abstendo-se, nomeadamente, de incitar directamente os menores, explorando a sua inexperiência ou credulidade, a adquirir um determinado bem ou serviço; incitar directamente os menores a persuadirem os seus pais ou terceiros a comprarem os produtos ou serviços em questão; conter elementos susceptíveis de fazerem perigar a sua integridade física ou moral, bem como a sua saúde ou segurança, nomeadamente através de cenas de pornografia ou do incitamento à violência; e explorar a confiança especial que os menores depositam nos seus pais, tutores ou professores”.

Por acréscimo, estabelece-se que “os menores só podem ser intervenientes principais nas mensagens publicitárias em que se verifique existir uma relação directa entre eles e o produto ou serviço veiculado” e proíbe-se a “publicidade a bebidas alcoólicas, ao tabaco ou a qualquer tipo de material pornográfico em estabelecimentos de ensino, bem como em quaisquer publicações, programas ou actividades especialmente destinados a menores”.

Sobre esta matéria é mesmo possível encontrar estudos científicos com resultados contraditórios, ora corroborando a influência nefasta da publicidade sobre a formação da personalidade dos mais jovens, ora assegurando que a sua exposição “livre” às mensagens publicitárias fortaleceria a sua capacidade de formular juízos críticos sobre as mesmas.

Como também se percebe, esta questão é tanto mais premente quanto ao longo dos últimos anos aumentou



exponencialmente o nível de exposição das crianças e jovens à publicidade, mormente através da televisão e do acesso à Internet, ao passo que as técnicas publicitárias foram também ficando cada vez mais apuradas.

Neste âmbito, recorde-se também que nem todas as mensagens publicitárias são preparadas para este “nicho específico de mercado” mas que, ainda assim, esta franja da população acaba por partilhar a visualização de “anúncios” que não lhes são directamente dirigidos e sobre os quais não dispõem da mesma capacidade de compreensão e interpretação dos adultos.

De igual forma, atente-se também a que a publicidade dirigida às crianças não versa apenas os produtos e serviços de que estes são utilizadores/consumidores, mas procura aproveitar o papel de “prescritores” que os elementos mais jovens assumem no contexto da economia familiar.

Perante este cenário, pode então questionar-se como devemos reagir no sentido de precaver os potenciais malefícios associados a este fenómeno.

Entre a lógica que defende a “supervisão” das famílias num ambiente de liberdade total da actividade publicitária e a que exige a imposição de normas ainda mais restritivas do que as que constam do

referido Código da Publicidade, existe agora o que poderíamos designar de uma “terceira via”.

É neste contexto que surge o programa “Media Smart”, um programa de educação para a publicidade especialmente dirigido às crianças mais jovens, nomeadamente as que frequentam o 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico, com o qual se pretende que “as crianças consigam desenvolver competências para a correcta interpretação das mensagens publicitárias, fornecendo-lhes ferramentas que as ajudem a compreender e a interpretar a publicidade desde muito cedo, preparando-as para fazer escolhas informadas baseadas no juízo crítico”.

O Media Smart foi lançado em 1998 no Canadá e trazido para a Europa (Reino Unido) em 2002. Hoje, é já utilizado como ferramenta de ensino em mais de 68 mil escolas na Europa, em países como a Holanda, a Bélgica, a Alemanha, a Finlândia, a Suécia e a Hungria.

Desde 21 de Fevereiro passado, o Media Smart está também disponível em Portugal, numa parceria entre o Ministério da Educação e a APAN – Associação Portuguesa de Anunciantes, que faculta a possibilidade de disponibilização do programa a todas as escolas públicas e privadas destes níveis de ensino, por

adesão voluntária das mesmas.

Segundo os dados dos promotores, no início do presente mês de Maio eram já 1.168 as escolas em que estavam a ser disponibilizados os conteúdos pedagógicos do Media Smart, o que equivale a 20% do parque escolar nacional dirigido a esta faixa etária.

A adaptação dos materiais pedagógicos à realidade portuguesa foi feita por um grupo de peritos, coordenado por Roberto Carneiro, antigo Ministro da Educação, e constituído por representantes das direcções-gerais de Inovação e Desenvolvimento Curricular e da Saúde, do Instituto do Consumidor, da Confederação Nacional das Associações de Pais, da Associação Nacional de Nutricionistas, da Faculdade de Motricidade Humana e ainda por um doutorando em Marketing Infantil, um representante dos professores e um especialista em comunicação infantil.

Atendendo à actual conjuntura económica, ao fenómeno do sobreendividamento das famílias e às novas tendências do processo educativo fica a pergunta: para quando um Media Smart para adultos? – (*), *Economista*, Vereador da Câmara de Braga, Presidente da CPS/PSD-Braga e correspondente do «Povo Livre»



Notícias da Ericeira

Deputados do PSD defendem a Junta da Ericeira de injustiça do Fisco

Os deputados do PSD por Santarém estão a lutar contra a injustiça de que está a ser vítima a Junta da Ericeira, por ser amiga do ambiente e poupar escassas verbas disponíveis e combustíveis sólidos. O Requerimento que os deputados entregaram na Comissão Eventual para o Acompanhamento das Questões Energéticas, solicita a presença do senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais e do Senhor Presidente da Junta da Ericeira para esclarecimento do lamentável e caricato episódio que envolveu a Junta e a Direcção Geral de Alfândegas, no qual esta acabou por aplicar à Junta de Freguesia uma penalidade de, € 6.000, por os serviços da autarquia produzirem utilizarem óleos usados como biodiesel.

É o seguinte o texto do requerimento:

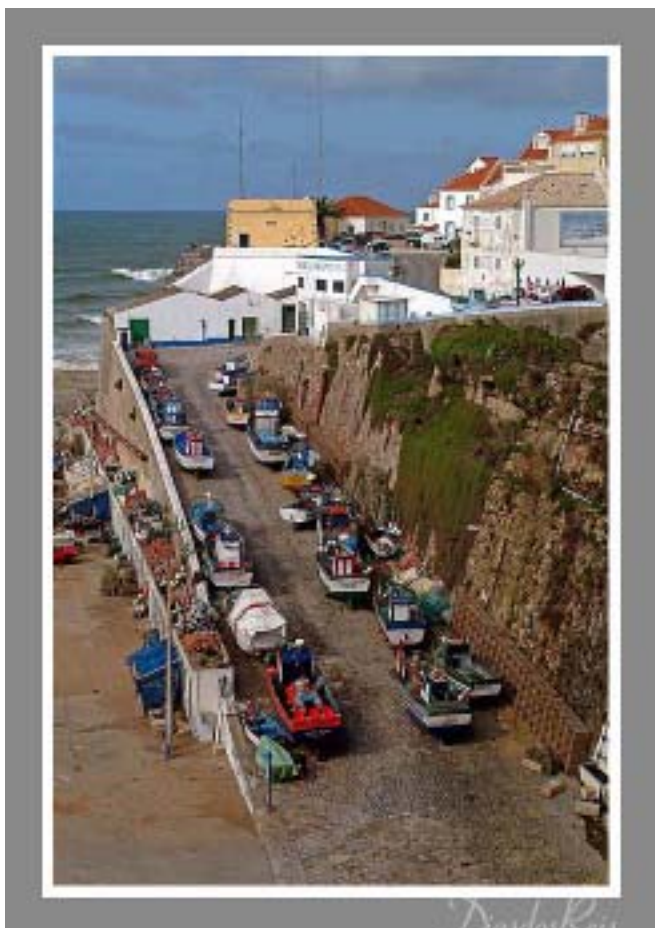
A produção de biocombustíveis representa uma aposta relevante para o nosso mix energético, dada a elevada

dependência externa do nosso País neste domínio.

Mesmo tendo em conta os últimos estudos e relatórios de várias organizações mundiais, sobre a relação entre os biocombustíveis e o preço de alguns alimentos no mercado global, que devemos levar em linha de conta, a nossa dependência energética externa é tão significativa que Portugal não pode deixar de contabilizar qualquer alternativa ao uso dos derivados do petróleo como combustível.

Esta consideração acentua-se e radicaliza-se quando ponderamos a produção de biodiesel a partir de resíduos – v.g., óleos alimentares usados – que, de outra forma, não apenas não teriam qualquer utilidade como, ainda para mais, constituíram um grave problema ambiental, a reclamar esforços, energias e dispêndio de verbas públicas.

Recentemente, ocorreu um episódio que envolveu a Junta da Freguesia da Ericeira e as competentes



entidades fiscalizadoras do Estado, no qual estas acabaram por aplicar àquela uma penalidade de, aproximadamente, € 6.000, alegadamente por os serviços da autarquia produzirem biodiesel a partir de óleos usados sem, contudo, o fazerem nos termos previstos na legislação aplicável.

A dotação que a Junta da Freguesia da Ericeira recebe anualmente do Orçamento do Estado é de, aproximadamente, € 60.000. Pelo que detém um peso significativo a sanção aplicada pelo Estado no caso vertente.

De qualquer modo, dado os contornos deste caso poderem revestir aspectos de alguma relevância, tanto de um ponto de vista energético e da gestão dos resíduos, como de um ponto de vista social e do figurino da actuação dos órgãos e serviços da Administração Central, entendemos ajustar-se plenamente a análise desta situação concreta nos propósitos que fundamentam a existência e o funcionamento da Comissão Eventual

a que V. Exa. superiormente preside.

Nestes termos,

Os Deputados abaixo-assinados, do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, vêm requerer a V. Exa. se digne solicitar, com carácter de urgência, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 102.º, na alínea d) do n.º 1 do artigo 103.º e nos números 1 e 3 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da Assembleia da República, a presença do Senhor Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, bem como, do Senhor Presidente da Junta da Freguesia da Ericeira na Comissão Eventual para o Acompanhamento das Questões Energéticas, em ordem a, em sede de audição parlamentar, poderem os Deputados que a integram ser integralmente esclarecidos de todos os detalhes que considerem relevantes sobre o caso supra-mencionado.

- Ass., os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Social-Democrata

Notícias de Aveiro

Comemorações do Dia Mundial da Criança

Aveiro comemora o Dia Mundial da Criança, no Domingo, dia 1 de Junho. Neste contexto, a Câmara Municipal apresenta pelas 15.30 horas, na sala de Leitura da Casa Municipal da Cultura – Edifício Fernando Távora, a peça de Teatro Infantil “Uma Vaca de Estimação” de Cláudia Statmiller, destinada a crianças em idade pré-escolar e escolar (desde os quatro anos de idade). Limitada a 60 inscrições, a peça de teatro tem a duração de 45 minutos.

Ainda na Sala de Leitura da Casa da Cultura, pelas 17.00 horas, realizar-se-á o Workshop de Dança Criativa / Improvisação por Sandra Leite, para crianças dos sete aos 12 anos de idade. Serão aceites no máximo 20 inscrições. As inscrições para participar nas duas actividades devem ser efectuadas para o número de telefone 234 377 763 ou endereço electrónico: dacestg1@cm-aveiro.pt.

Igualmente para as crianças serão desenvolvidas várias actividades no espaço da Feira do Livro e da Música de Aveiro. Assim, pelas 10.00 horas decorrerá o Atelier de Conto com Música pela Associação Cultural Arteriso, seguido pelo Atelier Livros de Pano por Teresa Cardoso, ambos na tenda. À tarde, 15.00 horas, haverá a realização de marcadores de livros alusivos aos direitos da criança pela Associação Humanarte no Jardim do Rossio. Meia hora mais tarde, serão organizados Ateliers “Ovos Moles, o seu fabrico” pela APOMA, na Tenda. Pelas 16.00 horas, será apresentada a peça de Teatro de Fantoques “Máquina diabólica da trovoada” pela Associação Arte e Cultura Os Fantoques no Palco da Feira. Ao fim da tarde, pelas 18.30 horas, na tenda, a APOMA desenvolverá o Atelier O fabrico de Ovos-moles com degustação

para crianças. Por fim, às 21.00 horas – Teresa Nogueira apresentará três Ateliers de Conto: Histórias – “Um farol só meu” com texto de Chico, “Cores que se Amam” de Paco Abril e “Uma Lebre em Março” de Pieter Van Oudheusden, no Stand do conto.

“Uma Vaca de Estimação”

Neste trabalho é feita uma teatralização com base na história “Uma Vaca de Estimação” de Luísa Ducla Soares.

“Era uma vez um velho professor que, farto de viver apenas no meio de uma montanha de livros, resolve arranjar uma vaca para lhe fazer companhia. A partir do momento em que mete a sua nova companheira ruminante em casa, o professor vai viver as mais extravagantes aventuras!”

Esta história é contada às crianças de uma forma animada e interactiva, em que as palavras vão sendo ordenadas, o cenário vai-se abrindo, como um livro, e as imagens vão passando, a preto e branco, sob um sorriso vermelho. A concepção artística e interpretação estarão a cargo de Cláudia Statmiller e a realização cenográfica é de Alexandra Mateus.

O Workshop de Dança Criativa/ Improvisação será orientado por Sandra Daniela Leite e dirige-se a todas as crianças dos sete aos 12 anos que gostem de dançar. Esta oficina tem por principal objectivo a descoberta do movimento, do corpo, do espaço, do tempo e o desenvolver da criatividade. A partir de contos e jogos pretende-se exercitar o corpo, dando forma ao lado lúdico da dança.

Que formas poderão trazer as histórias? Como as podemos contar? A expressão de palavras e emoções através do corpo é uma proposta desta



formação dos mais pequenos.

Pretende-se então desenvolver o controle de todos os segmentos corporais no tempo, no ritmo e no espaço; concentração e memória; força e alongamento muscular; equilíbrio, coordenação, flexibilidade e agilidade; noção de espaço próprio e espaço partilhável; desenvolver a criatividade, autodisciplina e autoconfiança; promover uma postura correcta e ajudar a corrigir algumas compensações musculares incorrectas; aprender a cooperar com outros, em tarefas e projectos comuns; desenvolver-se harmoniosamente numa perspectiva pessoal e interpessoal, promotora da saúde e da qualidade de vida; e sensibilizar para a apreciação estética e a capacidade performativa.

Comemoração do “Dia Europeu dos Vizinhos”

No dia 27 na Urbanização e Jardim de Santiago e nas Urbanizações e Jardim de Eixo, realizaram-se as

comemorações do “Dia Europeu dos Vizinhos”.

“A Festa dos Vizinhos” é uma iniciativa do CECODHAS, P – Comité Português de Coordenação da Habitação Social que pretende festejar o Dia Europeu dos Vizinhos em toda a Europa.

A Câmara Municipal de Aveiro aderiu a esta comemoração tendo organizado algumas iniciativas nas urbanizações. Assim, a festa decorreu nas urbanizações e jardins de Santiago e de Eixo com a realização de um lanche convívio e partilhado com a população residente, actuação do Grupo Etnográfico e Cénico das Barrocas e diversos ateliers, em Santiago. Na freguesia de Eixo, exactamente à mesma hora, um lanche convívio e partilhado, seguido das actuações de grupos de animação recreativa-cultural.

O Dia Europeu dos Vizinhos acontece todos os anos na última Terça-feira do mês de Maio, onde as pessoas do mesmo prédio ou do mesmo bairro se juntam para um banquete entre vizinhos para celebrar





os valores da solidariedade, fraternidade e tolerância entre todos.

A Festa dos Vizinhos realiza-se em diversas cidades de todo o país, incluindo os Açores e Madeira, cujo principal objectivo consiste em promover a solidariedade e a coesão social entre os cidadãos.

Este evento que se comemora pelo quinto ano em Portugal, conseguiu no ano passado juntar em mais de 200 festas, 20 mil pessoas espalhadas por todo o continente e ilhas das 21 cidades participantes, este ano já foram várias as juntas de freguesia, câmaras municipais e empresas de gestão habitacional que quiseram aderir a esta celebração.

As entidades associadas à edição de 2008 foram: Câmara Municipal da Horta, Câmara Municipal de Lisboa, Câmara Municipal de Odivelas, Câmara Municipal da Amadora, Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém, Lisboa, Junta de Freguesia das Mercês, Lisboa, Junta de Freguesia de Santo André, Santiago do Cacém, Câmara Municipal de Setúbal, Matosinhos Habit, E.M., Gaia Social E.M., SocioHabita Funchal E.M, Investimentos Habitacionais da Madeira, Câmara Municipal da Trofa, Câmara Municipal de Aveiro, Câmara Municipal de Coimbra, Câmara Municipal da Nazaré, Câmara Municipal de Évora, Junta de Freguesia de Odeleite, Castro Marim, Câmara Municipal de Loulé, Câmara Municipal de Tavira, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Santarém, Câmara Municipal de Faro e Junta de Freguesia de Ramalde, Matosinhos.

O Dia do Vizinho foi criado em 1999 em Paris. Até ao ano de 2002 apenas em França se deram festejos neste dia. Em 2003 o Dia dos Vizinhos passou a ser Europeu com a entrada da Bélgica e da Suíça, já em 2007, sete milhões de pessoas em 27 países diferentes da União Europeia juntaram-se à Festa dos Vizinhos, 620 cidades, de Dublin a Atenas, passando por Roma, Paris, Bruxelas, Luxemburgo, Lisboa, Porto, Coimbra....

O ano passado em Portugal juntou 20 mil pessoas, em 200 festas espalhadas pelas 21 cidades aderentes.

Workshop “Microcrédito e Empreendedorismo”

Hoje, das 14.30 às 17.00 horas, no Auditório da Biblioteca Municipal de Aveiro, tem lugar o Workshop “Microcrédito e Empreendedorismo”.

Integrado no programa “Maio – Mês das Famílias” que se encontra a decorrer desde o passado dia 1, é realizado este workshop que se destina a técnicos que intervêm junto das famílias e potenciais empreendedores. A formação está a cargo de Joana Afonso.

Sensibilizar os técnicos para o estímulo de auto-emprego como alternativa efectiva para pessoas em



situação de desemprego ou emprego precário e para o papel que o Microcrédito pode desempenhar no processo e dotar os técnicos de instrumentos de apoio à identificação de características pessoais e das condições necessárias ao desenvolvimento de um projecto de negócio, são os objectivos deste workshop.

A formadora irá explicar temas como a figura do empreendedor; a ideia e o desenvolvimento do projecto, o financiamento do projecto e a sua implementação e consolidação.

A Câmara Municipal de Aveiro informa o Vosso Órgão de Comunicação Social da realização o Programa de Animação das Freguesias “Viver Aveiro 2008... em Nossa Senhora de Fátima” que, iniciado a 24 de Maio, prolonga-se até 6 de Julho, na freguesia de Nossa Senhora de Fátima.

O programa de Animação das Freguesias “Viver Aveiro”, organizado pela Câmara Municipal, pretende proporcionar à população da freguesia de Nossa Senhora de Fátima diversos momentos de animação cultural para promover o desenvolvimento local, as potencialidades locais e a consciencialização da população.

As actividades serão variadas: workshops, ateliers diversos; divulgação da Freguesia através da gastronomia e maratona fotográfica; desporto com jogos tradicionais e torneios; espectáculos de teatro, música, cinema e dança; concurso de fotografia; formação em artes decorativas; rasteio e passeio ao Buçaco.

É intenção da autarquia, através da animação comunitária, “agitar” as comunidades propondo actividades multidisciplinares adequadas aos saberes, práticas, conhecimentos, vivências, acções e realidades existentes em Nossa Senhora de Fátima.

Deste modo, despertar o interesse da população para a intervenção comunitária, através de diversas acções adequadas às idades e características

loais, sendo fundamental encontrar um grupo de pessoas dispostas a reflectir, a agir e que acreditem na capacidade colectiva para encontrarem e resolverem problemas que a todos dizem respeito, é um dos objectivos da iniciativa.

“Viver Aveiro 2008... em Nossa Senhora de Fátima! Pretende ocupar o tempo livre das crianças, adultos e idosos, ou seja, da população em geral proporcionando-lhes actividades lúdicas, desportivas, culturais, educativas e recreativas; dar a conhecer metodologias que, mais tarde, poderão vir a ser utilizadas pelas associações locais; dar possibilidade às Associações de estarem em contacto com vários tipos de técnicas; consciencializar as crianças para a importância da reciclagem através da realização de ateliers; valorizar a cultura da freguesia e o património existente; captar novos públicos; despertar o gosto pela aprendizagem; consciencializar a população para a importância da saúde; e permitir a expressão e projecção das vivências e capacidades de compreensão de forma lúdica e espontânea.

Corrida «Cidade de Aveiro»

A Câmara Municipal apresentou em Conferência de Imprensa a Corrida Cidade de Aveiro que se irá realizar no dia 1 de Junho, das 10.30 às 12.00 horas, com saída e chegada do Centro Cultural e de Congressos de Aveiro.

Organizada pela Autarquia em colaboração com a Associação de Atletismo de Aveiro e a Atlético, a Corrida Cidade de Aveiro integra uma prova principal na distância de 10 mil metros e a Mini Maratona/Caminhada na distância de 5 mil metros, com partida em simultâneo do Centro Cultural e de Congressos de Aveiro.

A Prova de 10 mil metros destina-se a seniores e veteranos masculinos/femininos (nascidos em 1987 e anos anteriores) e a Mini Maratona/Caminhada destina-se a todas as

pessoas que pretendam participar. De realçar que nestas provas podem participar atletas inscritos em qualquer associação do país, organizações populares ou escolas. De destacar que três minutos antes da partida da prova principal, será dado início à prova de cadeira de rodas em que vão participar quatro atletas, confirmando da preocupação social da organização que apoia a integração do desporto adaptado.

Todos os participantes receberão um t-shirt, uma medalha e outros materiais. Para os melhores classificados serão oferecidos vales de compras no total de cerca de 5200 euros.

De salientar que está prevista a realização de um programa de actividades paralelas: insufláveis; jogos infantis e pinturas faciais, aproveitando o facto das provas se realizarem no Dia Mundial da Criança.

O programa da Corrida Cidade de Aveiro é o seguinte:

31 de Maio - Centro Cultural e de Congressos de Aveiro

Das 10.00 às 13.00 e das 14.00 às 20.00 horas – Entrega de dorsais e documentação aos atletas participantes

1 de Junho - Centro Cultural e de Congressos de Aveiro

Das 08.00 às 10.00 horas – Entrega de dorsais e documentação aos atletas

10.05 horas – Sessão de aeróbica e aquecimento muscular

10.27 horas – Partida dos atletas em cadeiras de rodas

10.30 horas – Partida das provas

10.47 horas – Chegada provável dos primeiros atletas da Mini Maratona

10.55 horas – Chegada provável do primeiros atletas em cadeiras de rodas

11.00 horas – Chegada provável dos primeiros atletas masculinos da prova principal de 10 km

11.10 horas – Chegada provável das primeiras atletas femininas da prova principal de 10 km

11.50 horas – Distribuição de prémios – CM Aveiro

PSD e PPM de Braga convictos na mudança da Gestão Municipal

A Comissão Política da Secção do PSD de Braga, liderada por Ricardo Rio, reuniu na noite de ontem com uma delegação do Partido Popular Monárquico (PPM) de Braga, composta por António Machado, Manuel Benninger e José Esperança.

António Machado começou por agradecer a disponibilidade da Comissão Política do PSD para o encontro, que oportunamente tinha solicitado, para uma troca de impressões sobre o próximo sufrágio autárquico e, fundamentalmente, sobre a estratégia eleitoral no seio da Coligação «Juntos por Braga».

Enalteceu o excelente trabalho de oposição que tem sido desenvolvido, quer pelos Vereadores da Coligação, quer pelo seu líder, Dr. Ricardo Rio, manifestando-se convicto que essa labuta vai ter como corolário a conquista da Câmara Municipal em 2009.

Para António Machado, é preciso que a cidade de cimento, aliada à desenfreada especulação imobiliária, paradigma de gestão autárquica da maioria socialista, dê lugar a uma nova visão de cidadania baseada em projectos com e para as pessoas, como defende Ricardo Rio.

Afirmou que, com a liderança de Ricardo Rio, a Coligação ganhou credibilidade, passou a ser olhada como uma alternativa sólida, credível e válida para gerir a Câmara Municipal de Braga. E concluiu manifestando o interesse do Partido Popular Monárquico em continuar a integrar a Coligação «Juntos por Braga» e, dessa forma, contribuir, activa e

empenhadamente, na construção de um novo ciclo político que em muito vai beneficiar Braga e o seu concelho.

Sabemos o que queremos e para onde ir

Ricardo Rio lembrou a identificação e partilha de valores como o ambiente, a qualidade de vida e o planeamento urbanístico, entre outros, e valorizou a especial relação do PSD de Braga com o Partido Popular Monárquico, mesmo em contextos difíceis. Enalteceu, também, a intervenção política desta força partidária, visível sobretudo no âmbito da Assembleia Municipal de Braga.

Não deixou, porém, de apelar à participação activa na estratégia autárquica porque «estamos a entrar num momento, após três anos de oposição interventiva e construtiva, de passar a nossa mensagem para todo o Concelho».

«Sabemos o que queremos e para onde ir. Construimos, ao longo dos últimos anos, uma estratégia política que tem a sua base nas pessoas», disse.

Dinâmica de vitória está criada.

Para Ricardo Rio, nunca, como agora, a conquista da Câmara Municipal esteve tão ao alcance da Coligação. Porque hoje sente-se a apetência da mudança.

Para o líder da Coligação «Juntos por Braga», a dinâmica de vitória está criada. As pessoas sentem que é



chegado o momento. A Coligação soube, ao longo destes anos, construir uma estratégia de desenvolvimento para a cidade e para o concelho de Braga. E também porque as pessoas fartaram-se da maioria que governa o município há três longas décadas. E porque este tem sido o pior mandato de todos os protagonizados por Mesquita Machado, referiu.

Também por isso, a Coligação está em força no terreno a preparar projectos sólidos em cada Freguesia.

«Demonstramos, ao longo dos últimos três anos, que temos soluções e projectos para desenvolver Braga e dar mais qualidade de vida aos bracarenses», disse.

Por fim, Ricardo Rio deu a conhecer que estando em curso a elaboração do Programa Eleitoral, a Coligação conta com o PPM para formular contributos e reflexões sobre as diversas esferas da intervenção municipal.

A reunião terminou com a manifestação por parte de ambas as forças políticas da disponibilidade para promoverem uma articulação mais estreita aos mais variados níveis de intervenção política, no sentido de engrossar, dia-a-dia, a dinâmica de mudança que já se respira em Braga.

— CPS/PSD-Braga

Jogos Tradicionais em Cascais, adiados devido ao mau tempo

Reviver ou experimentar diversos jogos tradicionais como o jogo do pau, da malha, o sapo, o burro ou petanca era o convite que a Câmara Municipal de Cascais faz à população para comparecer nos dias 24 e 25 de Maio, no Parque Marechal Carmona e no Hipódromo Manuel Possolo.

São diversas as entidades ligadas à preservação deste tipo de jogos que, em conjunto com o Clube de Praticantes de Jogos Tradicionais (JOTRA), dão corpo a esta iniciativa, durante a qual

será criada uma animação de jogos tradicionais e populares de todo o país, contando com demonstrações e exposição de materiais.

Ao mesmo tempo, os visitantes eram convidados a experimentar os jogos com o apoio de diversas entidades que participam no evento.

No entanto, a incidência do mau tempo, levou a um adiamento sine die dos jogos, que estavam a despertar grande interesse na população do Concelho e c9ja nova data

noticiaremos, logo que esteja fixada.

Câmara cede edifício para funcionamento do Conservatório de Música

A Câmara Municipal de Cascais e a Associação Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras assinaram na sexta-feira passada, o contrato de cessão do Chalet Madalena, antiga Pensão Boaventura, no Monte Estoril.

Este Contrato tem em vista formalizar a instalação do recém inaugurado Conservatório de Música de Cascais e será a nova sede da Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras.

A cedência, a título gratuito, do espaço à Associação Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras vem conferir ao imóvel uma utilização meritória, dado que esta associação tem gerido com eficácia quer o Conservatório de Música, quer a Orquestra de Câmara.



Além disso, com o funcionamento desta estrutura, imprime-se uma nova centralidade cultural ao Monte Estoril, permitindo a abertura permanente do Conservatório a vários tipos de públicos para a realização de actividades artísticas ligadas à música e à formação de novos instrumentistas. Ao mesmo tempo, fomenta a divulgação da música e da cultura em geral, designadamente mediante a realização de projectos de artes de espectáculos, bem como simpósios, conferências e diversas iniciativas na área da investigação musical e cultural.

Dirigida pelo maestro Nikolay Lalov, a Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras é reconhecida como uma formação musical de excelente qualidade. Além da vertente do ensino, proporciona, há cerca de 10 anos, concertos regulares a todos os



apreciadores de música erudita.

O Conservatório de Música de Cascais e Oeiras situa-se em pleno no coração do centro histórico do Monte Estoril, a curta distância do Museu da Música Portuguesa. Está instalado no rehabilitado Chalet Madalena, uma importante casa de veraneio do início



do século XIX alvo de um complexo projecto de reabilitação e adaptação conduzido pela Câmara Municipal de Cascais, que incluiu a construção de um auditório de 120 lugares e ao qual correspondeu um investimento no valor de 1.400.00,00 Euros.

Cascais evoca centenário do nascimento do “pai” de “James Bond”, Ian Fleming e a sua passagem pelo Estoril em 1941

Assinalar o centenário do nascimento de Ian Fleming, autor da personagem James Bond, que em 1941 esteve hospedado no hotel Palácio, no Estoril, é o objectivo da conferência que José António Barreiros apresenta no Espaço Memória dos Exílios, no

dia 28 de Maio, às 21H00.

A passagem do escritor pelo Estoril em 1941 está documentada no boletim de alojamento existente no Arquivo Histórico Municipal. Frequentador do Casino Estoril, aí terá tomado contacto com o famoso espião jugoslavo Dusko Popov. É possível que se tenha inspirado no ambiente que se vivia no Estoril da época, para a criação da personagem James Bond, que aliás, no filme derivado do livro do mesmo nome (Ao serviço de Sua Majestade) cuja acção decorre em parte no Estoril e em que o mais famoso agente secreto da ficção, se hospeda no Hotel Palácio e em que Bond passa a primeira noite a jogar no Casino Estoril.

A conferência é antecedida pela projecção de um documentário sobre a vida e obra de Fleming.

Ian Fleming: Nota Biográfica

Nasceu no dia 28 de Maio de 1908, em Londres. Escritor e Jornalista trabalhou como correspondente da agência Reuters em Moscovo (1929 - 1933). Em 1939 torna-se assistente do Naval Intelligence Department Britânico. Depois da Guerra ingressa no Sunday Times. No entanto, foi como escritor e criador do agente 007, que Ian Fleming mais se destacou, tendo os livros sobre o famoso agente alcançado grande êxito. A sua obra foi mais tarde adaptada ao cinema e esta “saga” continua nos nossos dias.

– CM Cascais

Notícias de Ílhavo

Ílhavo na Regata Comemorativa dos 500 Anos do Funchal

No seguimento da realização no princípio de Maio, do sorteio público relativo ao embarque de instruendos (“Trainees”) da Câmara Municipal de Ílhavo nos veleiros participantes na Regata Comemorativa dos 500 Anos do Funchal, para o qual foram recebidos 323 boletins de inscrição, foi esta a lista das pessoas sorteadas.

Tal como se encontrava referido nas Normas de Selecção de Instruendos, aprovadas na Reunião do Executivo Municipal, a Câmara Municipal proporcionou em condições financeiras muito vantajosas, um total máximo de 100 viagens, podendo este número ser



peças. Os restantes seleccionados serão colocados, tal como na primeira etapa, em outros veleiros, a escolher pelos participantes de entre os que apresentam lugares disponíveis.

Programa Municipal de Ocupação dos Tempos Livres (PMOTL)

Foi deliberado, em Reunião do Executivo da Câmara Municipal de Ílhavo, aprovar as normas de participação do programa PMOTL – Programa Municipal de Ocupação de



Tempos Livres 2008.

Assim, e à semelhança do que tem acontecido desde 1999, a Câmara Municipal de Ílhavo vai mais uma vez promover, através da edição 2008 do PMOTL – Programa Municipal de Ocupação de Tempos Livres, a ocupação dos tempos livres dos jovens durante o período de férias escolares.

Este programa, suportado financeiramente pela Câmara Municipal, destina-se a jovens dos 16 aos 30 anos, decorrerá durante os meses de Julho e Agosto, e é composto por 6 projectos: Ateliers de ATL na Costa Nova, Apoio à Infância, Apoio à Terceira Idade, Animação de Espaços Lúdicos e Culturais, Apoio

Administrativo em projectos da Câmara Municipal de Ílhavo e Educação Ambiental no Âmbito da Bandeira Azul

Os interessados deverão inscrever-se até ao próximo dia 13 de Junho nos Fóruns Municipais da Juventude (Ílhavo, Gafanha da Nazaré e Vale de Ílhavo), nos Pólos da Gafanha da Encarnação e da Gafanha do Carmo da Biblioteca Municipal, assim como na Câmara Municipal de Ílhavo. A todos os participantes será atribuído um Certificado de Participação assim como uma bolsa pecuniária, cujo montante varia entre 160 e 250 Euros, consoante o Projecto.

Mais informações através do 234 329 600.

V Concurso de Fotografia “Olhos sobre o Mar”

No seguimento do grande sucesso obtido com a realização das edições anteriores do Concurso de Fotografia “Olhos sobre o Mar”, quer ao nível da quantidade quer ao nível da qualidade dos trabalhos recebidos, o Executivo Municipal aprovou as Normas de

Participação no V Concurso de Fotografia “Olhos sobre o Mar”.

Este concurso conta mais uma vez com o apoio do Centro Português de Fotografia/Ministério da Cultura, da revista FotoDigital e do Diário de Aveiro. O concurso, será de âmbito nacional, nas categorias cor e preto/branco, decorrendo até ao dia 16 de Junho.

Atendendo ao facto de se viver este ano o 110º aniversário da Restauração do Município de Ílhavo é excepcionalmente criada uma Secção Especial denominada “Património Histórico-Marítimo Ilhavense”, à qual cada fotógrafo poderá concorrer com uma fotografia em cada uma das categorias (cor e p/b), que retrate a temática.

A entrega dos prémios acontecerá em Agosto, mês em que os 50 melhores trabalhos irão ficar expostos na Sala de Exposições Temporárias (Porão de Salgado) do Navio Museu Santo André.

Mais informações na Câmara Municipal, através do telefone 234 329 602 ou do e-mail geral@ilhavo.pt - © CM Ilhavo

Notícias de Lisboa

Implantação da República determina nova frente ribeirinha de Lisboa

O Governo publicou no Diário de República do passado dia 15 de Maio a Resolução do Conselho de Ministros que prevê o apoio estatal ao projecto da Frente Ribeirinha de Lisboa.

Segundo notícias recentemente publicadas, o financiamento do Governo para esta intervenção ultrapassará os 400 milhões de euros. A área a requalificar fica compreendida entre o Aterro da Boavista e a Estação de Santa Apolónia e no espaço público da zona da Ajuda-Belém.

De acordo com o texto da referida resolução ministerial, o investimento inscreve-se «no quadro das medidas de requalificação e reabilitação de áreas urbanas e em conjugação com as comemorações do primeiro centenário da implantação da República», pelo que a zona referente ao projecto em causa será denominada «Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina 2010». Curiosamente o ano de 2010 não tem qualquer ligação com o Marquês do Pombal, mas sim com o Regime Republicano, que o País viu nascer nos idos dias de Outubro de 1910; data que, para este efeito, se tornou decisiva no apoio a esta obra.

Segundo o mesmo documento do Governo, esta intervenção surge no seguimento da realizada no Parque das Nações e que o documento considera «a intervenção urbanística mais relevante operada na cidade de Lisboa



na viragem do século» - intervenção feita no fim dos anos 90 para a Expo 98 e, aparentemente, desligada da implantação da República.

Para justificar esta medida, o Conselho de Ministros afirma «reconhecer o interesse público nacional das operações de

requalificação e reabilitação urbana da Frente Ribeirinha de Lisboa».

A decisão agora anunciada ocorre na sequência de vários outros investimentos em torno da capital do País, como seja a construção do novo aeroporto (cinco mil milhões de euros), o TGV (Linha Lisboa-Madrid terá

custos estimados em 2,2 mil milhões de euros) ou a nova travessia do Tejo entre Chelas e Barreiro (1,7 mil milhões de euros). Ao contrário da frente ribeirinha, estes investimentos estão não só desligados do Marquês do Pombal, como também da própria implantação da República. – PL/CMP



Notícias de Ourém

Deputados do PSD eleitos por Santarém visitaram o Concelho

A convite da Comissão Política do PSD - Ourém, estiveram de visita ao Concelho de Ourém, os três Deputados do PSD eleitos pelo distrito de Santarém, para se inteirarem de várias questões relevantes.

Mário Albuquerque, Miguel Relvas e Vasco Cunha iniciaram o programa da visita à pista da Giesteira (Fátima), local que poderá vir a transformar-se num Aeródromo Regional (de Fátima), com capacidade para receber voos de média capacidade, servindo principalmente o pólo turístico de Leiria/Fátima, e em simultâneo, tornar-se na sede de uma estrutura nacional de apoio aos meios aéreos de combate a incêndios.

O estudo de viabilidade da pista é suportado pela Câmara Municipal de Ourém, sendo que o projecto já foi considerado viável técnica e



financeiramente, de acordo com informações da empresa Proplano, responsável pela execução do mesmo.

De seguida, os Deputados foram recebidos nos Paços do Concelho pelo executivo municipal tendo, logo de seguida, visitado as obras dos futuros Paços do Concelho, onde constatarão as características do novo edifício, nomeadamente o grande objectivo da sua implantação, pela concentração de recursos num único espaço, beneficiando o atendimento aos munícipes bem como o parque de estacionamento localizado no edifício que terá capacidade para 341 lugares.

O Centro de Saúde de Ourém foi o local seguinte da visita. Durante a reunião de trabalho aí realizada, foi abordada a realidade extremamente actual da reestruturação da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, pois, perante o

conhecimento de um documento oficial que aponta para a extinção progressiva das Sub-Regiões de Saúde e da criação de Agrupamentos de Saúde (ACES), o PSD defende a localização desta nova estrutura em Ourém e não em Torres Novas, como indica o estudo, por razões óbvias:

- Ourém é o município com mais população no Médio Tejo;
- A área do concelho de Ourém atinge 47,4% da área total do agrupamento que nos irá abranger;
- Tem dois Centros de Saúde e várias extensões;
- Não tem hospital.

Trata-se, pois, de uma ambição perfeitamente legítima da população. A própria projecção do Instituto Nacional de Estatística, refere Ourém como detentora de 50.183 habitantes, contra 37.180 de Torres Novas.

De salientar que o Centro de Saúde

de Ourém está desprovido de médico para relatórios RX, de um gerador, para situações de falta de electricidade, o tratamento complementar não está a funcionar como seria exigível mesmo com o horário reduzido (entre as 8 horas e as 24 horas).

A juntar a estes problemas surge a redução de médicos efectivos sem a correspondente substituição. Existem, por isso, cerca de 8.500 utentes sem médico de família, perspectivando-se que no corrente ano se aposentem pelo menos mais dois médicos, com as consequências que daqui se podem perspectivar.

Finalmente, os Deputados tomaram conhecimento do tratamento dado aos munícipes de Ourém a quem invariavelmente remetem para o Hospital de Abrantes (o mais distante) deslocando-se pelos seus meios privados uma vez que não há ambulâncias suficientes para efectuar o serviço.

Já no final da tarde, os Deputados do PSD visitaram as obras de requalificação do Agroal, uma obra da responsabilidade da Câmara Municipal de Ourém, cujos principais objectivos apontam para a preservação da componente paisagística, a criação de condições de recepção e de acolhimento, o estacionamento e o usufruto daquele espaço.

De acordo com as informações prestadas, a obra – orçada em cerca de 1,5 milhões de euros – visa ainda promover o ecoturismo e turismo de aventura e, ainda, a dinamização turística da zona norte do concelho. – **Vitor Frazão, CPS Ourém**



Notícias de Sintra

Museu de História Natural da Cidade

Milhares de fósseis estão cada vez mais perto de ver a luz do dia, com o Museu de História Natural de Sintra já em fase de instalação, após a adjudicação do projecto de Musealização, num antigo edifício do Sec. XIX na Rua do Paço, em pleno Centro Histórico da Vila de Sintra.

Nele, vai estar exposta ao público uma exposição permanente, cuja génese nasce das mãos do colecionador Miguel Barbosa e de sua mulher Fernanda Barbosa que, durante cerca de 50 anos, reuniram um acervo único de milhares de fósseis de valor cultural e científico incalculável.

Este Museu vai contar, para além da Sala de Exposição Permanente, com uma Sala de Exposições Temporárias

preparada para receber mostras e eventos diversos, com uma Reserva e Laboratório para o tratamento e estudo das peças, com uma pequena Biblioteca especializada e ainda com uma Loja e uma Cafetaria.

O espaço expositivo irá ter uma apresentação dinâmica, recorrendo a concepções de mobiliário e equipamento assentes na modernidade, jogando, ainda, com o recurso às novas tecnologias.

Dentro do mesmo espírito, irá ser concebido o Serviço Educativo que irá contar a história do nosso planeta, que começa com a formação da Terra Primitiva e as mutações que esta sofreu ao longo de milhões de anos no decorrer das diferentes Épocas



Geológicas, desde o Pré-Câmbrico ao Quaternário, mostrando toda a evolução da vida através das Coleções Municipais de Paleontologia,

Mineralogia, Malacologia e Petrografia oriundas das mais diversas partes do mundo. – **Gab. Press. CM Sintra**

Notícias do Porto

Feira do Livro abriu ao público

A 78ª edição da Feira do Livro do Porto abriu ao público, no Pavilhão Rosa Mota. O certame, inaugurado, como tem sido hábito, pelo Presidente da CMP, congrega um total de 96 stands e mais de centena e meia de editores, incluindo representados e com pavilhão próprio.

No vasto programa cultural agendado, destacam-se, entre outras iniciativas, a homenagem ao alfarrabista Nuno Canavez, as tertúlias do Café Literário e a exposição «As Manchetes do Regicídio», organizada pelo Museu Nacional de Imprensa, numa Feira do Livro em que o autor em destaque é o jornalista e historiador português Germano Silva.

Referência também para os debates «Escritores do Porto» (30 de Maio, 17 horas), com a participação de Mário

o “Dia Internacional dos Museus e Noite dos Museus”, este ano subordinada ao tema “Museus como agentes de mudança social e desenvolvimento”.

O mote é lançado pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM) que propõe, assim, que os museus reflectam sobre o seu papel social e ético na comunidade, sugerindo que desenvolvam parcerias com as organizações e promovam o diálogo nas questões sociais e culturais.

Nesse sentido, os museus municipais do Porto prepararam um programa diversificado e para toda a família. Participe e comemore connosco o Dia Internacional dos Museus.

PROGRAMA
MUSEU ROMÁNTICO DA



Cláudio, Inês Lourenço e Albano Martins, e para «Cidadania em Debate», com José Luís Borges Coelho e Miguel Veiga (1 de Junho, 17 horas). No dia 6 de Junho, pelas 21h30, os Professores Nuno Grande e Manuel Sobrinho Simões reflectem sobre «A Importância da Universidade do Porto na Afirmção da Região».

O certame decorre até 10 de Junho, funcionando diariamente das 15h30 às 23h30, prevenendo-se que, para o ano, possa regressar à Avenida dos Aliados. Pelo menos é esse o desejo do Executivo camarário, que, segundo Rui Rio, «fará um esforço nesse sentido».

«A Feira do Livro é um evento cultural mais do que enraizado na cidade e que os portugueses já se habituaram a tratar com carinho», observou o autarca.

Animação e Cultura: Porto assinalou Dia Internacional dos Museus e Noite dos Museus

A Câmara Municipal do Porto assinalou, no fim-de-semana passado,

QUINTA DA MACIEIRINHA

Rua de Entre quintas, 220
4050 – 240 PORTO
Tel.: 22 605 70 00
Correio electrónico: museu-romantico@cm-porto.pt

14h30 – Carlos Alberto, exílio de um romântico – percurso exterior, conduzido por Manuel Azevedo Graça (ponto de encontro: entrada principal dos Jardins do Palácio de Cristal)

16h30 – Poetas do Romântico Português, pelo Coro do Rancho Folclórico do Porto

CASA MUSEU GUERRA JUNQUEIRO

Rua de Dom Hugo, 32
4050 – 305 PORTO
Tel.: 22 200 36 89
Correio electrónico: dmpe@cm-porto.pt

Noite dos Museus – 17 de Maio

As Mil e Uma Noites na Casa Museu Guerra Junqueiro

20h00 – visita guiada à exposição A Arte Indo-Portuguesa nas Coleções

da Câmara Municipal do Porto.

21h00 – Jantar Indiano (sujeito a pré-inscrição – 222 003 689)

21h30 – Devaneios entre imagens – recital de música em sitar e imagens da Índia (1980-2007), por Ana Caldas e Franklin Pereira

22h30 – Declamação de poesia de Rabindranath Tagore (Nobel da Literatura, 1913) e Cantigas de Goa do Século XIX, pelo Rancho Folclórico do Porto

23h00 – Coreografia Despertar, por Swasthya Yoga

23h30 – Sons da Índia Antiga, pela Sankalpa Band – Live Act

Dia Internacional dos Museus – 18 de Maio

Vistas guiadas à exposição permanente e à exposição temporária “A Arte Indo-Portuguesa nas Coleções da Câmara Municipal do Porto”

15h00 – Concerto da Orquestra Antiga de Cordas, pelos alunos da Escola de Música Pedro Fesch

CASA MUSEU MARTA ORTIGÃO SAMPAIO

Rua de Nossa Senhora de Fátima, 291

4050 – 428 PORTO
Tel.: 22 606 65 68

Correio electrónico: dmpe@cm-porto.pt

Noite dos Museus – 17 de Maio
20h30 – PSALLITE – Grupo Coral dos Capuchinhos de Gondomar

21h30 – De dentro para fora... – visita orientada, começando na Casa Museu, passando pela Galeria João Pedro Rodrigues (exposição de fotografias “Feito por medida”, de Luís Tobias, animada por poesia), e acabando no Labirinto Galeria-Bar (com oferta de 1 bebida).

Dia Internacional dos Museus – 18 de Maio

15h00 – Interpretação de músicas e cantares tradicionais, pelo Grupo Etnográfico Sol na Eira.

MUSEU DO VINHO DO PORTO

Rua de Monchique, 45-52
4050 – 394 PORTO
Tel.: 22 207 63 00

Correio electrónico: museuvinhoporto@cm-porto.pt

Noite dos Museus – 17 de Maio

18h00 – Saber provar – mini-curso de prova de Vinhos (mínimo 20 pessoas, sujeito a pré-inscrição)

até às 23h00 – Visitas guiadas Dia Internacional dos Museus – 18 de Maio

11h00 – Rio do Porto – Porto do Douro – visita orientada em torno das ligações do Rio Douro à Cidade do Porto

15h00 – Por esse rio abaixo – visita orientada, destinada às Famílias, acompanhada de jogos lúdicos

CASA DO INFANTE
Rua da Alfândega, 10
4050 – 029 PORTO

Tel.: 22 206 04 00

Correio electrónico: dmarquivos@cm-porto.pt

Noite dos Museus – 17 de Maio
15h00, 18h00 e 19h00 – visitas orientadas em Português e Inglês

22h00 – “Danças do Mundo”, pelo Centro de Dança do Porto

Dia Internacional dos Museus – 18 de Maio

11h00 e 15h00 – visitas e actividades pedagógicas para famílias

Departamento Municipal de Museus e Património Cultural

Casa Tait, Rua de Entre quintas, 219

4050 – 240 Porto
Tel. 22 605 7000

Fax: 22 605 7001

Correio electrónico: dmpe@cm-porto.pt

Página electrónica: www.cm-porto.pt - © CM Porto



Notícias dos Açores

PSD alerta para “crise” na produção de carne de bovino

O PSD/Açores alertou para a “crise” no sector da produção de carne de bovino, em que o preço ao produtor “está em queda desde Janeiro de 2007”, e lamentou que “não existam medidas” do governo para resolver o problema.

Em requerimento enviado à Assembleia Legislativa dos Açores, o deputado social-democrata António Ventura salientou que se está perante “uma crise sem precedentes”, dado que “nem mesmo os anos das ‘vacas loucas’ foram tão negativos para o rendimento dos produtores”.

“Perante isto desconhece-se a actuação do governo regional para atenuar esta crise. Apesar do PSD, desde 2007, estar a alertar para esta crise, a verdade é que se desconhecem medidas para esta crise. Podemos afirmar que este é um subsector ‘órfão’”, afirmou.

Segundo o parlamentar do PSD/Açores, os produtores enfrentam também problemas como a “falta de escoamento” de bovinos, o que implica uma situação de “subalimentação” nas explorações, além da “subida dos preços dos concentrados, do gásóleo, da mão-de-obra, dos fertilizantes, dos medicamentos veterinários e dos produtos de higiene”.

“Sem escoamento, com o preço do quilo da carne a descer e sem possibilidades de recurso aos fertilizantes, atendendo ao seu elevado preço, os produtores encontram-se num beco sem saída”, considerou.

António Ventura acrescentou que “não existem medidas tendentes a solidificar delineamentos de comercialização de carnes de bovino, que possibilitem um desejável encurtamento da fileira, de modo a que esta possa tornar-se crescentemente competitiva, com o produtor mais próximo do consumidor”.

Para o deputado social-democrata, “falta estratégia e acompanhamento” por parte do governo regional, pois “é escasso o apoio à investigação científica, não existe a extensão rural e falta perceber-se os preços”, além de não existirem campanhas de promoção.

“As crises podem-se prever para, atempadamente, combatê-las, mas não existem estudos de previsibilidade. Parece que o governo senta-se à espera dos desastres, não possui visão de adaptabilidade”, sublinhou.

Costa Neves quer acabar com “os medos da sociedade civil”

O líder do PSD/Açores apelou ao

“acordar da sociedade civil”, de forma a “ajudar numa reflexão conjunta” que indique um novo rumo para os Açores. Um método de governação “assente na proximidade” e com referências claras às “qualidades e constrangimentos de cada ilha” é o que o candidato a presidente do governo regional entende como “prioridades gerais para o arquipélago”.

Costa Neves falava em Angra do Heroísmo, durante a convenção “Vida Nova” que o PSD dedicou hoje às actuais problemáticas da Terceira, num conjunto de intervenções a cargo de “dez pessoas da sociedade civil, que ainda existe, que deixaram notas valiosas e que nos fizeram reflectir”, disse a propósito das temáticas em causa que foram da saúde à educação, passando pelo turismo, a cultura, a própria ilha ou a realidade agrícola.

Esclarecendo que é “urgente ultrapassarmos os constrangimentos dessas pessoas e de cada ilha”, e que



isso só se poderá fazer “com uma resposta directa às necessidades de cada uma delas”, considerou estar a aproximar-se “uma nova fase da autonomia açoriana”. Costa Neves diz que os planos integrados de desenvolvimento “a criar para cada uma das nove parcelas do arquipélago” assentarão “no emprego, nas acessibilidades e transportes e na melhoria da qualidade de vida”, aludindo à estratégia que o PSD vai revelando para a sua governação.

O responsável máximo do PSD/Açores voltou a comprometer-se também com medidas “excepcionais e de âmbito geral”, em matérias como a educação e a saúde, garantindo para a Terceira o “estatuto de hospital central, para a futura unidade de Angra, com responsabilidades vincadas num sistema regional de saúde refundado”, assim como uma realidade regional educativa com escolas “que não ultrapassarão os 600 a 800 alunos e



turmas com menos de 20 alunos”, frisou.

Sobre os problemas concretos da Terceira, o presidente social-democrata identificou três “frentes” que fazem sentir estar a ilha “a perder peso a olhos vistos no todo regional”, tão só porque as suas forças vivas estarão “acomodadas”, havendo um generalizado problema “de medo em expor ideias e tomar posições”, para além da saída “de jovens qualificados, numa carência que se agrava”, salientou.

Sobre o recentemente discutido plano de ordenamento turístico para a ilha lilás, Costa Neves não compreende como se pôde “esquecer” o facto “de Angra ser uma cidade património da humanidade, da ilha ter um excelente campo de golfe, das suas riquezas naturais, da tradição taurina ou da particularidade do seu carnaval”. Disse mesmo ser mais fácil lembrar “o que foi esquecido, que todos conhecemos e prezamos, do que o que consta desse infeliz estudo”, afirmou.

Relativamente à muito badalada “contaminação” do aquífero basal da ilha, Costa Neves considerou “inaceitável” que a secretária regional do ambiente se “recuse a tomar medidas concretas e a responder às perguntas dos deputados do PSD”. O líder laranja diz que “deve ser o único sítio no mundo onde um caso deste é tratado assim pela tutela”, não aceitando que “o estudo se faça daqui a um ano e não sejam dadas

explicações aos cidadãos potencialmente afectados”, criticou.

Declaração de voto de José Manuel Bolieiro, sobre o parecer à revisão do Estatuto Político-Administrativo

Na ocasião da votação da emissão de parecer à terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, com as alterações introduzidas pela Assembleia da República, José Manuel Bolieiro fêz a seguinte declaração de voto:

Nos termos regimentais aplicáveis, e após o seu respectivo anúncio em Plenário, apresento, por escrito, a minha declaração de voto na apreciação e emissão de parecer à Proposta de Lei nº 169/X, com as alterações introduzidas pela Assembleia da República.

A proposta, nestes termos, vale menos para o aprofundamento da Autonomia Política dos Açores do que a proposta inicial apresentada por esta Assembleia Legislativa e aprovada por unanimidade. Mas vale mais, enquanto texto reformador, do que o actual texto estatutário.

Participei, empenhado e dedicado ao projecto reformador desta terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo dos Açores, na elaboração da anteproposta construída pela Comissão Parlamentar Eventual

criada para o efeito.

Sempre entendi que importava concretizar, em letra de lei, no nosso Estatuto Político, o espírito do legislador constituinte na sexta revisão constitucional (Lei Constitucional nº 1/2004, de 24 de Julho).

No âmbito de um quadro parlamentar de maioria PSD - CDS/PP, na Assembleia da República, a sexta revisão da Constituição Portuguesa não foi, como então se anunciava, cirúrgica por razões da integração europeia, tendo consagrado importantes aprofundamentos para a Autonomia Política dos Açores e da Madeira.

O consenso alcançado na Assembleia da República não foi fácil, mas garantiu um efectivo progresso de aprofundamento da Autonomia, quer no espírito, quer na letra do texto constitucional.

Foi fundado neste passo em frente, que desde o início, afirmei convictamente a oportunidade de realizar uma revisão do nosso Estatuto verdadeiramente reformadora e ousada.

Como se prova, por algumas das alterações introduzidas pela Assembleia da República, apreciadas, aliás, com o nosso parecer negativo, o aperfeiçoamento democrático e autónomo faz-se por conquista dos açorianos e não por cedência dos centralistas.

Quando pensamos ter sossegado os espíritos do centralismo desconfiado, eis que nos voltam a travar o caminho do aperfeiçoamento democrático dum Portugal moderno.

É por isso que concretizo com arreigada convicção nas virtudes dum aperfeiçoamento da Democracia em Portugal que nos Açores toma a forma e a designação de Autonomia - esta declaração de voto, que repudia, com veemência, o espírito regressivo e desconfiado, das concretas propostas que expressam a tentativa de minimização da vontade de um Povo - o Povo dos Açores - na realização de Portugal, da Democracia e da Autonomia nos Açores.

São democraticamente aceitáveis as alterações ao Estatuto Político-Administrativo dos Açores que melhoram o texto do normativo ou que o conformem, com cautela e correção, com a Constituição da República Portuguesa, afastando dúvidas sérias de constitucionalidade.

Não são assim os casos das alterações propostas pelo Partido Socialista, designadamente:

Ao nº 2 do artigo 5º, que substitui "povo açoriano" pela expressão "açorianos". É uma alteração ignóbil. Não aperfeiçoa, não corrige juridicamente. Apenas atenta, desnecessariamente, contra a uma realidade;

Ao artigo 14º, que, em especial, elimina a ideia de que o processo autónomo é, enquanto processo, de aprofundamento gradual e progressivo.

Na verdade, tem sido assim. É e será assim.

Tal como a Democracia, a Autonomia, como processo, só pode ser de avanços no seu aperfeiçoamento. Uma Autonomia que não progride, que não avança, é um processo político com morte anunciada.

A alteração não é jurídica. É apenas preconceituosa;

Ao artigo 15º, que substitui o "princípio da preferência do direito regional", pelo "princípio da supletividade da legislação nacional".

Mais uma vez, uma alteração que não altera a realidade, apenas expressa a desconfiança e o centralismo, contra o qual é preciso combater com a razão e por convicção.

A introdução de um novo Capítulo IV, relativo ao Representante da República. Perfeitamente desnecessário, mas simbolicamente revelador do espírito de tutela, que prevalece nas mentes centralistas.

Ao artigo 113º, que arrisca tendências interpretativas restritivas, que façam renascer a lógica limitadora do interesse específico.

Estas, entre outras, são alterações que em meu entender não se enquadram no espírito da revisão constitucional de 2004.

Aliás, vão ao seu arripio.

Têm, no entanto, o condão de me despertar o espírito lutador.

Apesar destas comentadas alterações terem vingado, com os votos favoráveis do PS, PCP e BE, - e com a aceitação do PS/Açores, exceção à alteração ao artigo 5º -, não esmoreço na vontade de conquistar um renovador espírito descentralizador de um Portugal moderno que acredite na Autonomia como factor de coesão e unidade nacional e de progresso do povo açoriano

Cá estaremos para lutar por um novo avanço no aprofundamento da Autonomia na próxima revisão constitucional. - **JM Bolieiro**

Convenção "Vida Nova" com a Terceira no horizonte

O PSD/Açores prosseguiu no sábado o ciclo de convenções "Vida Nova", uma iniciativa que se tem



realizado por várias ilhas e que se destina a preparar as próximas eleições regionais, sendo agora a vez da ilha Terceira receber a discussão, as ideias e os projectos oriundos da sociedade local.

A convenção teve lugar, a partir das 14h30, no auditório da Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo, e contou com um leque de oradores convidados, que versaram diversas temáticas de interesse público e, logicamente, orientados para a actual realidade terceirense.

Cunha de Oliveira, falou sobre a Terceira, Francisco Branco (Enfermagem), Arlindo Teles (Tauromaquia), Paulo Borges (Térmitas), Jorge Forjaz (Cultura), João Monjardino (Urbanismo) ou Paulo Araújo (Turismo) foram alguns dos convidados e temáticas tratadas.

O encerramento da convenção "Vida Nova" da Terceira foi com a intervenção do presidente do PSD/Açores, Costa Neves.

Piscina da Praia: mais uma "promessa por cumprir"

O PSD da Praia da Vitória denunciou o "incumprimento" do governo regional face à construção da piscina local, uma obra que, segundo

a concelhia presidida por Paulo Ribeiro foi anunciada "em período de pré-campanha para as eleições autárquicas de 2005", sendo depois confirmada "já durante a campanha eleitoral".

Para o PSD praiense Roberto Monteiro e o PS da Praia anunciaram então "a construção de uma piscina coberta", mas vivendo-se então "o tempo em que César apostava em Roberto Monteiro e no concelho, e onde isso já vai...", pode ler-se num comunicado dos social-democratas divulgado hoje.

Recordando a cronologia do projecto em causa o PSD diz que, a 12 de Março de 2005 "o governo de César apresentava, com a pompa e propaganda habituais, o projecto da piscina da Praia", a 3 de Maio, o GACS "anunciou o lançamento do concurso referindo que o prazo de execução da obra seria de um ano". Meses depois, em Março de 2006, Carlos César discursou "calorosamente" no lançamento da primeira pedra dizendo coisas como "no próximo ano estaremos aqui a inaugurar esta obra".

Para o PSD, "e passados dois anos, a obra - ou melhor, a sua ausência - fala realmente por si", pois os habitantes do concelho "continuam à espera da piscina prometida por Carlos César e por Roberto Monteiro". Passados dois anos, acrescentam os social-democratas, percebe-se que "as promessas e os discursos de César e Monteiro não passam de palavras vãs que rapidamente são esquecidas", afirmam.

Relembrando que, no discurso de lançamento da primeira pedra da obra, o presidente do executivo regional terminou dizendo "boa obra e parabéns à Praia da Vitória", o PSD cita o início desse mesmo discurso, onde se ouviu o presidente do governo referir que eram apenas "brevíssimas palavras - porque a obra fala por si", diz o comunicado laranja. - **Gab. Imp. PSD/Açores**

CONVENÇÃO VIDA NOVA

Reflectir e debater o presente e futuro da nossa terra é essencial para a afirmação de um novo e diferente modelo de sociedade.

"O que queremos para a nossa ilha e o contributo que ela pode dar para o desenvolvimento dos Açores", constitui o mote para o encontro a realizar no próximo dia 24 de Maio, pelas 14.30, no Auditório da Escola Superior de Enfermagem de Angra do Heroísmo (junto ao Centro de Saúde).

Com a participação de um conjunto de personalidades, promove-se um evento que pretende abordar de forma livre e responsável diversas áreas da vida social e económica da ilha Terceira.

Contamos com a sua presença. A organização,



ALCOCHETE

Nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 50.º dos Estatutos e do Artigo 3.º do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Alcochete, para reunir no próximo dia 4 de Julho de 2008, das 18h00 às 23h00, na sede sita na Rua do Paço, n.º 11 – 1.º, em Alcochete, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política Nacional.

Nota: As urnas estarão abertas das 18h00 às 23h00.

As listas deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, à Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substituir estatutariamente, na Sede da Secção.

Horário de funcionalmente da sede para entrega de listas: todos os dias úteis das 21h30 às 23h00.

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE AVEIRO

Ao abrigo do artigo 37.º dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoco a Assembleia Distrital de Aveiro do PSD, para uma reunião ordinária a realizar no próximo dia 09 de Junho de 2008 (Segunda-feira), pelas 21h00m, no Hotel "IMPERIAL", em Aveiro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. XXXI Congresso Nacional. A participação do Distrito de Aveiro;
2. Análise da situação política e partidária.

ASSEMBLEIA DISTRITAL DE SETÚBAL

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital de Setúbal para reunir no próximo dia 5 de Junho de 2008, quinta-feira, pelas 21h00, na Galeria Municipal do Montijo, sita na Rua Almirante Reis, junto à Praça da República, no Montijo, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Discussão e Aprovação da Moção Temática do Distrito de Setúbal ao XXXI Congresso do PSD. (as sugestões devem ser enviadas para a CPD até 2 de Junho de 2008 às 18h00, em suporte magnético).

AVEIRO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Aveiro para reunir em sessão ordinária, na dia 6 de Junho de 2008, sexta-feira, pelas

21h00, na sede concelhia de Aveiro, sita na Avenida Dr. Lourenço Peixinho, n.º 177 – 1.º andar, com a seguinte

Ordem de Trabalho

Ponto único: Análise da situação política e partidária.

CORUCHE

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamentos Nacionais do Partido Social Democrata (PSD), convoco todos os militantes da Secção de Coruche, no pleno uso dos seus direitos, para reunir no próximo dia 27 de Junho de 2008, pelas 19,00 horas, na sede concelhia sita na Rua Direita, n.º 20 r/c, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção, do PSD de Coruche.

NOTA: - As urnas estarão abertas na sede concelhia das 19 às 23 horas.

- As listas candidatas deverão ser entregues até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (24-Junho / 3ª feira) na sede do PSD de Coruche –aberta p/o efeito das 19 às 24 horas, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua.

MIRANDELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convocam-se os militantes da Secção de Mirandela, para reunir no dia 27 de Junho de 2008, das 20h00 às 23h00, na Sede Concelhia do PSD, sita na Avenida 25 de Abril, n.º 273 Sub-Loja Esq, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Nota:

As urnas estarão abertas das 20h00 às 23h00.

As listas candidatas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substitua estatutariamente até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede da Concelhia.

NÚCLEO DA QUINTA DO CONDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Plenário de Militantes do Núcleo do PSD da Quinta do Conde, para reunir no próximo dia 16 de Julho de 2008, quarta-feira, das 21h00 às 24h00, na sede do Partido, sito no Centro Comercial Europa 3, lote 13-C, loja 2,

na Quinta do Conde 3, com a seguinte Ordem de trabalhos

Ponto único: Eleição da Comissão política de Núcleo.

Nota: As listas candidatas devem ser apresentadas na sede do Núcleo nos prazos e condições estabelecidos no regulamento eleitoral do PSD, até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, ao Presidente da Comissão Política de Núcleo ou a quem o substitua estatutariamente.

MIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata e dos demais regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da Secção de Mira para reunirem em Assembleia de Secção, no dia 4 de Julho de 2008 (sexta-feira), pelas 21h00, na Sede Concelhia do PSD, sita nas Galerias de Mira, na Av. 25 de Abril, em Mira, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa da Assembleia e da Comissão Política de Secção.

Notas: **As urnas estarão abertas para votação das 21h00 às 23h00**, seguindo-se o respectivo escrutínio.

As candidaturas, organizadas nos termos do Regulamento Eleitoral, deverão ser entregues até às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral (1 de Julho de 2008, terça-feira), ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção ou a quem o substituir estatutariamente, na Sede Concelhia do PSD.

A Sede Concelhia estará aberta no dia 1 de Julho de 2008, das 21h30 às 24h00, para recepção de candidaturas.

PÓVOA DE LANHOSO

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes da Secção da Póvoa de Lanhoso para se reunirem em Assembleia no dia 14 de Junho de 2008, pelas 21h00, na Quinta Turística Maria da Fonte, sita na freguesia de Calvos, deste concelho, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações;
2. Análise da situação política nacional e local.

Nota: Se, à hora marcada, não estiver presente a maioria simples dos militantes da secção a Assembleia começará meia hora mais tarde com os presentes.

COIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Coimbra, para uma reunião a realizar no próximo dia 11 de Junho de 2008 (Quarta-Feira), pelas 21.30 horas, na Sede do PSD de Coimbra, sita na Rua dos Combatentes da Grande Guerra, n.º 23, em Coimbra, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações;
2. Apresentação e votação do novo logótipo;
3. Análise da situação política;
4. Outros assuntos.

O Presidente da Mesa do Plenário de Secção

(Hugo Filipe Martins Rodrigues)

MEALHADA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Plenário de Secção da JSD de Mealhada, para uma reunião a realizar no próximo dia 28 de Junho de 2008 (Sábado), pelas 18 horas, na Sede do PSD/Mealhada, sita na Rua Capitão Cabral, lote 2, n.º 14, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário de Secção e da Comissão Política de Secção.

Notas:

a) As listas deverão ser entregues em duplicado ao Presidente da Mesa do Plenário e da Secção de Mealhada ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24 horas do terceiro dia anterior ao acto eleitoral, na Sede do PSD/Mealhada, respeitando as normas dos Estatutos Nacionais e Regulamento Eleitoral da JSD;

b) As urnas estarão abertas das 18 horas às 22 horas.

O Presidente da Mesa do Plenário (Pedro Miguel Rodrigues Paredes)



REGULAMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRATA NO XXXI CONGRESSO NACIONAL DO PSD

Artigo 1º (Âmbito)

O presente regulamento define as formas de participação da JSD no XXXI Congresso Nacional do PSD.

Artigo 2º (Tipo de Propostas)

1. A Comissão Política Nacional (CPN) poderá, em nome da JSD, apresentar propostas sobre as matérias constantes da Ordem de Trabalhos do Congresso.

2. Os Membros do Conselho Nacional, as Comissões Políticas Regionais e Distritais, deverão remeter por escrito à Comissão Política Nacional da JSD, todos os contributos que entenderem válidos para a elaboração de propostas.

Artigo 3º (Rateio)

Os 70 Congressistas da JSD presentes no XXXI Congresso Nacional do PSD, de acordo com o regulamento do XXXI Congresso Nacional do PSD, são rateados do seguinte modo:

- 1 para a Mesa do Congresso Nacional da JSD
- 19 para a Comissão Política Nacional da JSD
- 1 para o Conselho de Jurisdição Nacional da JSD

d) 49 a distribuir pelas Comissões Políticas Regionais e Comissões Políticas Distritais em efectividade de funções, sendo atribuído 1 Delegado para cada Comissão Política Regional e Comissão Política Distrital e os restantes rateados por método de Hondt de acordo com o número total de militantes.

Artigo 4º (Delegados)

1. Os Delegados atribuídos aos Órgãos Nacionais serão indicados de entre os seus membros;

2. Os Delegados atribuídos às Comissões Políticas Regionais e Comissões Políticas Distritais serão indicados pelas respectivas Comissões Políticas;

Artigo 5º (Substituição e Suplentes)

As substituições a efectuar, em caso de existir impedimento de algum Delegado em estar presente no XXXI Congresso Nacional do PSD, serão efectuados de acordo com critérios estabelecidos pela Comissão Política Nacional da JSD;

Artigo 6º (Inscrição)

1. A inscrição dos Delegados da JSD processa-se perante o Secretário-Geral da JSD, respeitando os prazos estabelecidos no regulamento do XXXI Congresso Nacional do PSD.

2. A inscrição só será válida se cumpridos os pressupostos previstos no respectivo regulamento.

Artigo 7º (Observadores)

A Comissão Política Nacional da JSD rateará os lugares de Observadores atribuídos à JSD, informando disso as Comissões Políticas Regionais e Distritais;

Artigo 8º (Publicidade e entrada em vigor)

Este regulamento entra em vigor imediatamente após a sua aprovação em Conselho Nacional da JSD;

Rateio dos Delegados da JSD ao Congresso Nacional do PSD

Órgão	Delegados
Mesa do Congresso Nacional	1
Comissão Política Nacional	19
Conselho de Jurisdição Nacional	1

Distrital/Regional	Delegados
Porto	8
Lisboa AM	7
Braga	5
Aveiro	4
Coimbra	3
Viseu	3
Santarém	3
Leiria	2
Madeira	2
Setúbal	2
Açores	2
Vila Real	1
Guarda	1
Faro	1
Bragança	1
Viana	1
Évora	1
Castelo Branco	1
A. Oeste	1

TOTAL DE DELEGADOS DA JSD NO XXXI CONGRESSO NACIONAL DO PSD = 70